



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ISABELA APARECIDA PORTO FELÍCIO RODRIGUES

**A RELAÇÃO ENTRE MINERAÇÃO EXTRATIVISTA, FLUXO MIGRATÓRIO E
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MARIANA (MG): REFLEXÕES A
PARTIR DO CRAS CABANAS**

Mariana, MG

2024

Isabela Aparecida Porto Felício Rodrigues

**A RELAÇÃO ENTRE MINERAÇÃO EXTRATIVISTA, FLUXO MIGRATÓRIO E
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MARIANA (MG): REFLEXÕES A
PARTIR DO CRAS CABANAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Kathiúça Bertollo.

Mariana, MG

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R696r Rodrigues, Isabela Aparecida Porto Felício.
A relação entre mineração extrativista, fluxo migratório e política de assistência social em Mariana (MG) [manuscrito]: reflexões a partir do CRAS Cabanas. / Isabela Aparecida Porto Felício Rodrigues. - 2024.
88 f.: il.: gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Kathiúça Bertollo.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência social - Mariana (MG). 2. Divisões territoriais e administrativas - Mariana (MG). 3. Mineração a céu aberto. 4. Política social - Mariana (MG). 5. Trabalhadores migrantes - Mariana (MG). I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 304.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Isabela Aparecida Porto Felício Rodrigues

A relação entre mineração extrativista, fluxo migratório e política de assistência social em Mariana (MG): reflexões a partir do CRAS Cabanas.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 01 de fevereiro de 2024.

Membros da banca

Dra. - Kathiúça Bertollo - Orientador(a) - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr - André Monteiro Mayer - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra.- Adriana de Andrade Mesquita - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Kathiúça Bertollo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/02/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Kathiúça Bertollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/02/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0665075** e o código CRC **935EE4A9**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por todas as bênçãos recebidas. A construção desse percurso só foi possível pela Sua presença na minha vida.

À minha mãe pelo símbolo de mulher forte, que foi pai e mãe ao mesmo tempo, dedicando-se integralmente a mim e minhas irmãs.

Às minhas irmãs, Flávia e Carla, pelo incentivo. Aos meus sobrinhos, Ana Beatriz e João Pedro. Peço desculpas pelo tempo que não pude estar com vocês.

Ao meu companheiro de vida e caminhada, Luís Augusto, pelo incentivo, dedicação e por acreditar nos meus sonhos.

À tia Margarida, minha segunda mãe, pelas orações, pelo incentivo e por crer na minha jornada.

À minha professora orientadora Dra. Kathiúça Bertollo, por ter aceitado prontamente a me orientar. Com dedicação, paciência e, acima de tudo, respeito, além de toda troca de conhecimento.

Aos professores Dra. Adriana Mesquita e Dr. André Mayer, que se dispuseram a fazer parte da banca de avaliação deste trabalho, contribuindo de forma muito valiosa.

Enfim, agradeço à UFOP pelo ensino de qualidade que me foi proporcionado. A todos os professores do curso de Serviço Social, que contribuíram valiosamente para o meu conhecimento.

A todos os funcionários do ICESA, que sempre me trataram com respeito e carinho ao longo deste percurso.

À minha amiga Josiane Jerônimo, um presente que a UFOP me deu e vou levar para o resto da vida. Aos colegas de sala, que foram excepcionais nas trocas e partilhas de conhecimento.

A toda equipe do Cras Cabanas, que me acolheu de forma respeitosa, com carinho. Especialmente à minha supervisora de campo, Cristiane Aparecida Silva de Oliveira, pelo profissionalismo, o qual permitiu que o meu conhecimento fosse ampliado.

Não poderia de deixar registrado o meu agradecimento aos meus cãompanheiros Pitoco e Théo (*in memoriam*), por sempre estarem ao meu lado e serem peças fundamentais para que eu pudesse me reerguer.

O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos.

Marilda Iamamoto

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a relação entre a atividade da mineração extrativista, fluxo migratório e a Política de Assistência Social a partir do Cras Cabanas, Mariana (MG). O recorte temporal de estudo é o ano de 2022. Inicialmente, são apresentados alguns aspectos gerais sobre a conformação do território de Mariana (MG) e como a atividade da mineração extrativista vem operacionalizando e desencadeando historicamente um crescimento populacional no município, análise realizada a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD). No segundo momento, analisam-se dados específicos dos usuários reconhecidos pelo fluxo migratório no Cras Cabanas, mostrando um panorama como a Política de Assistência Social no município incide sobre esses usuários. As técnicas utilizadas para este estudo foram: pesquisa bibliográfica e documental, caracterizando-o de cunho qualitativo. Por meio dos dados estatísticos de órgãos oficiais, foi possível se aproximar da realidade dos usuários migrantes que recorrem à Política de Assistência Social no Cras Cabanas e evidenciamos um cenário marcado por múltiplas expressões da “questão social” desde a desigualdade socioeconômica, violência, superexploração da força de trabalho, uma pauperização generalizada. É esse o contexto dos usuários que migram ao município de Mariana (MG) atraídos pela atividade da mineração extrativista.

Palavras-chave: Mineração, território, Política de Assistência Social, fluxo migratório, Cras Cabanas.

ABSTRACT

The general objective of this research is to understand the relationship between extractive mining activity, migratory flows and the Social Assistance Policy from Cras Cabanas, Mariana-MG. The time frame of the study is 2022. Initially, some general aspects are presented about the shape of the territory of Mariana (MG), and how the extractive mining activity has historically triggered population growth in the municipality, an analysis based on the Marxist Theory of Dependence (TMD). Secondly, specific data on users recognized by the migratory flow at Cras Cabanas is analyzed, presenting an overview of how the Social Assistance Policy in the municipality affects these users. The techniques used for this study were bibliographical and documentary research, and it was characterized as qualitative-quantitative. Using statistical data from official bodies, it was possible to get closer to the reality of migrant users who use the Social Assistance Policy at Cras Cabanas and we saw a scenario marked by multiple expressions of the “social question”, from socio-economic inequality, violence, overexploitation of the workforce and generalized impoverishment. This is the context of the users who migrate to the municipality of Mariana (MG) attracted by the extractive mining activity.

Keywords: Mining, territory, Social Assistance Policy, migration flow, Cras Cabanas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação do movimento demográfico de Mariana analisado por Alcântara (2018) .	22
Tabela 2 – Lista dos 10 municípios do Estado de Minas Gerais com maior repasse de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) (2022)	28
Tabela 3 – Representação das contratações dos empregos formais referente ao ano de 2022, no município de Mariana, quantitativo de admissões, desligamentos e saldos	30
Tabela 4 – Representação das contratações por atividade econômica referente ao ano de 2022, no município de Mariana, quantitativo de admissões, desligamentos e saldos	31
Tabela 5 – Registro de admissões, desligamento e saldo em relação a gênero, grau de instrução e faixa etária	35
Tabela 6 – Registro mensal de atendimentos, acompanhamentos realizados no Creas Mariana	42
Tabela 7 – Registro de violência e violação de direitos no Creas Mariana	43
Tabela 8 – Registro de atendimentos, acompanhamentos e outros no Centro POP em Mariana	44
Tabela 9 – Registro de atendimento, acompanhamento e benefício eventual nos Cras do município de Mariana	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação de cadastros realizados no ano de 2022 no Cras Cabanas	60
Gráfico 2 – Localidade que vieram os usuários reconhecidos pelo fluxo migratório	62
Gráfico 3 – Bairros onde se estabeleceram os usuários migrantes do Cras Cabanas	65
Gráfico 4 – Perfil de cadastro realizados pelos usuários migrantes	66
Gráfico 5 – Motivos que influenciaram a migração	68
Gráfico 6 – Composição etária dos usuários do fluxo migratório	70
Gráfico 7 – Renda apresentada pelos usuários migrantes atendidos no Cras Cabanas	71
Gráfico 8 – Relação de benefícios e programas solicitados pelos usuários migrantes	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADÚNICO	Cadastro Único
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEFEM	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em situação de Rua
CF/88	Constituição Federal de 1988
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRIA	Centro de Referência da Infância e Adolescentes
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
COVID-19	Coronavírus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICHS	Instituto de Ciências Humanas e Sociais
ICSA	Instituto de Ciências Humanas e Aplicadas
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
KM	Quilômetro
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MG	Minas Gerais
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
RECRIVAIDA	Centro de Referência da Pessoa Idosa
PT	Partido dos Trabalhadores

SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDESC	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UAI	Unidade de Acolhimento Institucional
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE MARIANA (MG) E A ATIVIDADE DA MINERAÇÃO EXTRATIVISTA SOB A LÓGICA DO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	20
1.1 Breve contextualização sobre o surgimento do município de Mariana (MG) e o fluxo migratório que o conformou.....	20
1.2 A atividade da mineração extrativista sob os marcos do capitalismo dependente no município de Mariana (MG).....	24
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) CABANAS: REFLEXÕES SOBRE OS USUÁRIOS RECONHECIDOS PELO FLUXO MIGRATÓRIO	37
2.1 Breve histórico da política de assistência social e sua operacionalização no município de Mariana (MG).....	37
2.2 Surgimento e Realidade do Bairro Cabanas em Mariana (MG)	50
2.3 Reflexões sobre como a Política de Assistência Social no Cras Cabanas incide sobre a população migrante	56
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como problema de pesquisa “Como se dá a relação entre a atividade da mineração extrativista, o fluxo migratório e a política de Assistência Social a partir do Cras Cabanas em Mariana (MG)?”. O percurso investigativo baseia-se na necessidade de conhecer o passado para interpretar o presente, em especial, os dilemas e as expressões da questão social desencadeadas pela mineração extrativista no município de Mariana (MG)¹.

A atividade minerária em Mariana é um dos elementos centrais desta pesquisa, devido aos grandes impactos socioeconômicos, políticos, ambientais e culturais que provoca na região, em que podemos destacar, como uma máxima manifestação, o rompimento/crime da barragem de rejeitos de Fundão em 2015², de propriedade da mineradora Samarco, que causou a devastação de fauna, flora, extermínio de comunidades, povos ribeirinhos, entre outros agravos, violências e destruições.

A importância do minério de ferro está relacionada com a lógica capitalista mundial e no território *locus* deste estudo, gera e agrava as dinâmicas próprias do capitalismo dependente. Ou seja, exploração, destruição, saqueio dos recursos minerais e imposição da superexploração da força de trabalho como fundamento de seu acontecimento, o que conforma numa dinâmica

¹ “A Região dos Inconfidentes é formada pelos municípios de Mariana, Ouro Preto e Itabirito, a partir de 1989, os municípios brasileiros se agrupavam, em cada região e estado da federação, nas chamadas mesorregiões e microrregiões. Esta classificação se manteve até 2017, quando o IBGE mudou essa denominação para *regiões geográficas intermediárias e imediatas*.” (Penna, 2020).

De acordo com o Diagnóstico Socioterritorial de Mariana (2020), “o município é composto de dez distritos: Bandeirantes, Cachoeira do Brumado, Camargos, Cláudio Manuel, Furquim, Monsenhor Horta, Padre Viegas, Passagem de Mariana, Santa Rita Durão e Águas Claras, esta promovida a distrito em agosto de 2015. As cidades vizinhas de Acaiaca e Diogo de Vasconcelos também já foram distritos de Mariana, atualmente eles já estão emancipados”.

“Quadrilátero Ferrífero é uma região localizada no centro-sul do estado de Minas Gerais, que é a maior produtora nacional de minério de ferro. 60% de toda produção nacional sai da região, que tem uma área de aproximadamente 7 mil quilômetros quadrados e abrange os municípios de Caeté, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Mariana, Ouro Preto, Rio Piracicaba, Sabará e Santa Bárbara entre outros. Além do minério de ferro, também são extraídos do Quadrilátero Ferrífero, ouro e manganês. Foi um importante polo aurífero na época do ciclo do ouro” (UFOP, 2018).

² “Em 5 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana (MG), o maior desastre socioambiental do país no setor de mineração, com o lançamento de cerca de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos no meio ambiente. Os poluentes ultrapassaram a barragem de Santarém, percorrendo 55 km no rio Gualaxo do Norte até o rio do Carmo, e outros 22 km até o rio Doce. A onda de rejeitos, composta principalmente por óxido de ferro e sílica, soterrou o subdistrito de Bento Rodrigues e deixou um rastro de destruição até o litoral do Espírito Santo, percorrendo 663,2 km de cursos d'água. [...] Dezenove pessoas morreram na tragédia. Foram identificados ao longo do trecho atingido diversos danos socioambientais: isolamento de áreas habitadas; desalojamento de comunidades pela destruição de moradias e estruturas urbanas; fragmentação de habitats; destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa; mortandade de animais domésticos, silvestres e de produção; restrições à pesca; dizimação de fauna aquática silvestre em período de defeso; dificuldade de geração de energia elétrica pelas usinas atingidas; alteração na qualidade e quantidade de água; e sensação de perigo e desamparo da população em diversos níveis”. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 17 ago. 2023.

contraditória a expulsão e a requisição massiva de força de trabalho, gerando os processos migratórios que incidem na dinâmica de acontecimento da vida social e econômica no município de Mariana.

O ato de grupos e pessoas se deslocarem pelo mundo não pode ser considerado como um fenômeno novo. O Brasil porta marcas da diáspora africana, conformando o ultrajante período da escravidão em nosso País. Em meados do século passado, experienciava um intenso fluxo de pessoas vindas da Europa (Prado; Coelho, 2015).

Desde o período da colonização, o contexto da atividade extrativista da mineração está presente na região de Minas Gerais. De acordo com Souza (1986), a mineração estabeleceu a pobreza e a conturbação social, contribuindo para uma grande onda de pessoas em busca de ouro, causando problemas de ordem social. Com a corrida em busca de ouro, o fluxo migratório ocorreu de forma acelerada, contribuindo para o incremento da escravização. Como elucida Souza:

Na mineração, como de resto em qualquer atividade primordial da colônia, a força de trabalho era basicamente escrava, havendo, entretanto os interesses ocupados pelo trabalho livre ou semilivre. Dificilmente o homem livre destituído de recursos vultuosos poderia se manter como proprietário, sobretudo em Minas, região que, apesar de tida tradicionalmente como rica e democrática, apresentava possibilidade favoráveis apenas a um pequeno número de pessoas (Souza, 1986, p. 91).

De acordo com Golgher (2001), no Estado de Minas Gerais, historicamente o movimento dos fluxos migratórios está relacionada a três ciclos econômicos, sendo eles: no século XVIII, a exploração das minas de ouro; no século seguinte, a cultura do café; e, atualmente, a extração de minério de ferro e a siderurgia. Nesse sentido, o município de Mariana se inscreve entre os ciclos do ouro, no século XVIII, e fortemente na extração de minério de ferro, que se perpetua até os dias atuais.

Vendramini (2018) identifica que no Brasil, somente no início do século XX, é possível comprovar um intenso movimento migratório interno³, momento que os trabalhadores deixaram o campo e migraram para cidades que estavam no processo de industrialização. Segundo Brito (2006), somente na década de 1960, a população urbana ultrapassou a rural, desencadeando um profundo crescimento da população na área urbana.

³ “As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, inclusive para as fronteiras agrícolas em expansão, onde as cidades eram o pivô das atividades econômicas” (Brito, 2009, p. 12).

Já Neto (2011) identifica que o processo de urbanização no Brasil é impulsionado com a industrialização. Começou na região Sudeste e se difundiu por toda a região em poucas décadas. Com a expansão das indústrias nas cidades brasileiras, as pessoas migravam para os centros urbanos provocando o êxodo rural, uma vez que os pequenos produtores e trabalhadores rurais estavam passando por situações precárias de vida e sem apoio governamental.

O Brasil sofreu com as mudanças na organização socioespacial devido ao processo de urbanização. Neto (2011) salienta que muitas cidades se beneficiaram com essas transformações, impulsionando o desenvolvimento de novos centros urbanos, porém, ocasionou processos contraditórios em relação às cidades e à vida da população. É notório que o processo de urbanização está estritamente ligado com o desenvolvimento do capitalismo. Cada vez mais, é possível ver as marcas que o processo econômico amplo desempenha em várias cidades, desde a acentuação das desigualdades sociais, econômicas e políticas, agravando a vida da população como falta de acesso à moradia, saúde, aumento das formações de favelas, questões ambientais graves, desemprego, analfabetismo, pobreza, miséria e aumento da criminalidade.

Compreender os fatores históricos, as características econômicas e sociais do nosso território, especificamente o município de Mariana nos ajuda a entender como e por que as pessoas migram dentro do País. Sabemos que existem várias causas que levam pessoas e famílias a migrarem, seja por busca de empregos e melhores condições de vida, seja por desastres naturais causados em lugar que vivem ou por conflitos, entre outras. As migrações podem contribuir para a diversidade cultural ao lugar de destino, as pessoas acabam levando conhecimento e costumes próprios ou, em caso antagônico, podem levar à segregação e à exclusão e gerar ciclos de violência.

Diante do exposto, este trabalho se justifica por ser um percurso investigativo sobre a realidade vivenciada no município de Mariana (MG), especificamente por dar luz à relação entre a mineração extrativista, fluxo migratório e respostas do Estado diante de tal contexto, especificamente via política de assistência social. Reflexão que foi principalmente proporcionada ao cursar a disciplina Classes e Movimentos Sociais⁴, ministrada pela professora Dra. Kathiúça Bertollo, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e também com a minha inserção enquanto estagiária no Centro de Referência da Assistência Social (Cras) Cabanas, que

⁴ Segundo o plano de ensino da disciplina Classes e Movimentos Sociais aprovado pela UFOP, “um dos objetivos da disciplina é propiciar ao discente, por meio da realização de atividades acadêmicas o conhecimento e a apropriação do debate contemporâneo sobre o movimento sindical e os movimentos sociais no Brasil e na Região em que a UFOP está inserida”.

possibilitou, por meio da observação durante os atendimentos aos usuários, perceber o aumento de pessoas vindas de outros estados ou até mesmo da região rural do município para o território de abrangência deste equipamento público (Cras Cabanas) em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Durante os atendimentos realizados ao longo do estágio supervisionado, os usuários relatavam que a vinda para o município se dava pela busca de emprego nas mineradoras, mas, na realidade o que se colocava é a não consolidação desse intuito. Em decorrência, acabavam, em algum dado momento, precisando recorrer à Política de Assistência Social no Cras Cabanas, na maioria das vezes, em busca dos benefícios eventuais, especialmente a cesta básica. Dessa forma, o estudo desse tema é de grande relevância para o Serviço Social, pois, os problemas relacionados ao fluxo migratório no município vão desde os econômicos, sociais, políticos e culturais, desvelando as múltiplas expressões da “questão social”⁵. Portanto, o presente trabalho intenta contribuir, direta ou indiretamente, com a população e com o governo local ao que se refere ao planejamento e execução das políticas públicas e acesso aos direitos sociais.

Dessa forma, temos a hipótese assumida: é notório que em Mariana (MG) nos anos recentes, especificamente de 2015 a 2022, há um inchaço populacional e, nesse contexto, a região de abrangência e atuação do Cras Cabanas é um território que cresceu exponencialmente. Diante disso, assume-se a premissa de que a atividade econômica produtiva da mineração extrativista é grande impulsionadora do fluxo migratório, especialmente considerando a retomada e a ampliação das atividades na mineração pós momentos mais agravados da pandemia da Covid-19 e a reconstrução dos distritos destruídos no rompimento/crime da barragem de Fundão. Tal situação alavanca que pessoas de diferentes localidades do País se desloquem à Mariana em busca de melhores condições de sobrevivência, o que acaba por desencadear um aumento de demanda na Política de Assistência Social no Cras Cabanas.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação entre a atividade da mineração extrativista, o fluxo migratório e a Política de Assistência Social a partir do Cras Cabanas, Mariana (MG). De forma mais específica, busca-se “Evidenciar aspectos de formação sócio-histórica e econômico produtiva de Mariana (MG) dando ênfase à atividade da mineração extrativista conforme os marcos do capitalismo dependente”; “Relacionar o fluxo migratório que compõem a realidade socioeconômica de Mariana (MG) no tempo presente com as demandas da atividade econômico da mineração extrativista no território”; “Explicitar acerca

⁵ “A questão social engloba as expressões de um processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto; Carvalho, 2005, p. 77).

da Política de Assistência Social no município de Mariana (MG) dando ênfase à sua operacionalização no Cras Cabanas”; “Identificar as demandas apresentadas pelas famílias oriundas de outras localidades e cadastradas no Cadastro Único no Cras Cabanas”.

Para o desenvolvimento deste estudo, opta-se pela abordagem metodológica da pesquisa bibliográfica, documental e quali-quantitativa. De acordo com Gil (1994 *apud* Lima; Miotto, 2007, p. 40), “a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudos propostos”. Desse modo, destaca-se que a pesquisa bibliográfica embasa o assunto sob uma perspectiva de vários autores e, dessa forma, permitindo uma interpretação acerca da relação entre a atividade da mineração extrativista, o fluxo migratório e a política de assistência social a partir do Cras Cabanas, Mariana (MG).

Utilizamos como fonte da pesquisa bibliográfica materiais de autores como: Ruy Mauro Marini (2000), Vânia Bambirra (2012), Kathiúça Bertollo (2017; 2023), Tádzio Peters Coelho (2017), entre outros. A pesquisa se apoia também em trabalhos e pesquisas já produzidas neste curso de Serviço Social da UFOP sobre temática do fluxo migratório em Mariana (MG), especificamente no trabalho do autor Renan Mapa de Alcântara (2018) sobre a temática do exercício profissional no Cras Cabanas, o estudo realizado por Laís Stefane da Silva (2018), entre outras fontes alinhadas à temática.

Segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 174-176), “a pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias [...] auxilia compreensão do universo da pesquisa documental”. Lima e Miotto (2007, p. 38) afirmam que tal metodologia consiste “em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Com base em tais conceituações, torna-se importante conhecer e relacionar as informações constantes em documentos e fontes empíricas tais como: dados fornecidos pela Vigilância Socioassistencial no dia 18/05/2023, Relatório do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados Caged fornecido pelo Sine Mariana (MG) no dia 05/06/2023; e dados acessados enquanto estagiária do Cras Cabanas, procedimento previamente autorizado pela coordenação do equipamento no dia 15/05/2023, acesso ao Cadastro Único do Governo Federal e Gesuas (*software* utilizado pela rede socioassistencial do município, que armazenam os dados dos usuários cadastrados e atendidos em diferentes equipamentos).

Para alcançar os objetivos propostos e testar a hipótese delimitada, é desenvolvida a pesquisa de caráter exploratório, que busca analisar e explicitar os dados coletados com a abordagem quali-quantitativa. De acordo com Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2008, p. 22).

Ademais, a pesquisa assume como método o materialismo histórico-dialético criado por Marx. Optamos por essa abordagem porque nos permite realizar uma leitura crítica da realidade, e nos distingue da interpretação imediatista, positivista e conservadora, ou seja, alinhamo-nos com a construção e as posições teóricas que a profissão do Serviço Social assume hegemonicamente. De acordo com Netto:

para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para ‘enquadrar’ o seu objeto de investigação (Netto, 2011, p. 52).

Para o desenvolvimento deste estudo intitulado “A relação entre a mineração extrativista, fluxo migratório e política de assistência social em Mariana (MG): Reflexões a partir do Cras Cabanas”, o presente trabalho está organizado em dois capítulos, Introdução e Considerações Finais.

No primeiro capítulo, dividido em duas subseções, buscou-se fazer uma contextualização do município de Mariana (MG), descrevendo alguns aspectos gerais e, principalmente, buscando compreender a lógica da atividade econômica produtiva da mineração extrativista segundo a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e como a atividade econômico-produtiva da mineração extrativista no território de Mariana (MG) influencia e contribui para o fluxo migratório no município, analisando o notório aumento populacional no período de 01/01/2022 até 31/12/2022.

Propõe-se no segundo capítulo contextualizar, de forma breve, a política de assistência social no município de Mariana (MG) e compreender como se dá a sua operacionalização no Centro de Referência da Assistência Social (Cras) Cabanas e de que forma incide sobre os usuários reconhecidos pelo fluxo migratório.

1 ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE MARIANA (MG) E A ATIVIDADE DA MINERAÇÃO EXTRATIVISTA SOB A LÓGICA DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Este capítulo tem como objetivo evidenciar aspectos da formação sócio-histórica e econômico-produtiva de Mariana (MG) dando ênfase à atividade da mineração extrativista a partir dos marcos do capitalismo dependente. A formação sócio-histórica de Mariana (MG) está diretamente relacionada à atividade extrativista minerária, que delineou a economia local ao longo dos séculos, e é responsável por atrair um expressivo contingente populacional, causando uma estrutura social, econômica e populacional dependente e voltada para atender às demandas desse setor.

1.1 Breve contextualização sobre o surgimento do município de Mariana (MG) e o fluxo migratório que o conformou

“O maior trem do mundo
Leva minha terra
Para a Alemanha
Leva minha terra
Para o Canadá
Leva minha terra
Para o Japão
O maior trem do mundo
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
Engatadas geminadas desembestadas
Leva meu tempo, minha infância, minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e destruição”
(*O maior trem do mundo*, Carlos Drummond de Andrade, 1984).

O contexto histórico da sociedade mineira está diretamente ligado com a atividade mineradora, que desempenha um papel de “desenvolvimento” e ocupação do território. É diante desse cenário que as primeiras vilas, cidades, comunidades do Estado foram se formando. Conforme informações disponíveis na página da Prefeitura Municipal de Mariana, a cidade de Mariana está localizada em “Minas Gerais, considerada a primeira vila, sede do primeiro bispado e primeira cidade a ser projetada em Minas Gerais”. Surgiu às margens do rio Ribeirão, onde o ouro foi descoberto. A partir de então, Portugal foi atraído pelo precioso minério, e Mariana desenvolveu-se como um importante polo da mineração. Com a chegada e a ocupação na cidade pelas bandeiras Miguel Garcia e coronel Salvador Fernandes Furtado, logo se “apossaram do ribeirão, repartindo as primeiras lavras minerais e erguendo algumas cabanas no

local, formando o núcleo primitivo denominado Mata Cavalos”⁶ (Fonseca, 1998 *apud* Silva 2019, p. 23).

De acordo com Antonil (1982, p.263), a busca incansável pelo ouro contribuiu para as pessoas “deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas”. Bellan (2022 se fundamentando em Costa, 2012) afirma que o Arraial Nossa Senhora do Carmo era composto por mercadores, negociantes, padres, advogados, burocratas e militares, senhores e escravizados. Em 1745, Mariana (MG) transformou-se no Centro Religioso, da capitania, passando a ser a primeira cidade e adquiriu o nome em homenagem a D. Maria Anna D’Áustria, rainha de Portugal, no qual é conhecida até os dias atuais, com a criação do primeiro bispado mineiro (Veloso, 2013 *apud* Bellan, 2022).

O declínio da mineração no século XVIII pouco contribuiu para as alterações da cidade de Mariana, que passou a ter uma nova atividade econômica: a agricultura. Esta não foi responsável pelo desenvolvimento urbano e o crescimento populacional, como ao ápice da mineração (Paiva, 1996 *apud* Bellan, 2022). Conforme aponta Fausto (1996):

O ouro não deixou de existir em Minas, porém sua extração se tornou economicamente pouco atraente. O período de apogeu situou-se entre 1733 e 1748, começando a partir daí o declínio. No início do século XIX, a produção aurífera já não tinha maior peso no conjunto da economia brasileira. O retrocesso da região das minas foi nítido, bastando lembrar que cidades de uma vida tão intensa se transformaram em cidades históricas com o sentido também de estagnadas. Ouro Preto, por exemplo, tinha 20 mil habitantes em 1740 e apenas 7 mil em 1804. (Fausto, 1996, p. 65).

É no início do século XX, em 1914, com a implantação da estrada de ferro ligando a cidade de Ouro Preto (MG) ao estado do Rio de Janeiro, e, em 1918, com a instalação da luz elétrica, que Mariana (MG) voltou a apresentar um certo crescimento econômico (Bellan, 2022).

A partir de então, o minério de ferro passou a despertar uma nova cobiça e atenção da população, passando a ser o novo fenômeno para o crescimento populacional. No século XX, a extração de ferro foi considerada o marco da mineração brasileira. “A década de 1960 foi marcada pela abertura do setor mineral brasileiro ao capital estrangeiro”, dando origem a grandes projetos com o minério de ferro (Soares, 2008 *apud* Hugo, 2017, p. 18).

⁶ Região conhecida hoje como Bairro Santo Antônio (Mariana, 2023). Disponível em: Prefeitura de Mariana – MG: Mariana celebra hoje, 8 de abril, 310 anos da elevação do arraial de Nossa Senhora do Carmo à Vila de Nossa Senhora do Carmo.

Na década de 1960, a empresa S.A. Mineração Trindade-Samitri teve seu processo de instalação iniciado em Mariana, atraindo um contingente populacional vindo de outras cidades (Hugo, 2017). Conforme Gracino Júnior (2007, p.156), “a população na sede do município passou de 6.837 habitantes em 1960, para 7.720 habitantes em 1970”.

Por conseguinte, Hugo (2017) aponta que, em 1977, a empresa Samarco Mineração começa suas atividades na cidade e logo após, em 1979, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) também passa a estruturar sua base no município. Com a vinda dessas mineradoras, Mariana vai se tornando um complexo minerador industrial, contribuindo para o crescimento demográfico na cidade. Gracino Júnior (2007) enfatiza que, em 1970, a sede do município contava com 7.720 habitantes e, no final dessa década, passou para 12.853 habitantes.

De acordo com Gracino Júnior (2007, p. 157), o aumento populacional na década de 1970 se deu com a “vinda de pessoas de outros municípios e funcionários da empresa e seus familiares e, principalmente, grande número de pessoas em busca de trabalho, além da mão-de-obra pouco especializada, que trabalharam na instalação das mineradoras e permaneceram na cidade após o término das obras”. O autor ainda sinaliza que, somente a partir da década de 1980, o município experencia uma migração campo-cidade.

Essa situação reflete a mesma encontrada por Alcântara (2018) em seus estudos sobre o fluxo migratório em Mariana (MG), em que o autor analisou o movimento demográfico estabelecido no município no período 1991 a 2000, 2000 a 2010, 2010 a 2015, 2015 a 2017. Para uma melhor compreensão os dados estão dispostos na Tabela 1.

Tabela 1 – Relação do movimento demográfico de Mariana analisado por Alcântara (2018)

ANO	População Total	População Urbana	População Rural
1991	38.180	29.848	8.332
2000	46.710	38.679	8.031
2010	54.219	47.642	6.577
2015	58.802	Sem Mensuração	Sem Mensuração
2017	59.857	Sem Mensuração	Sem Mensuração

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de Alcântara (2018).

Por meio desses dados, observa-se que, no período de 1991 a 2000, houve um aumento populacional, gerando um saldo de 8.530 pessoas. No período de 2000 a 2010, o autor evidencia que houve um “crescimento da população em termos absolutos de 7.509 pessoas, e uma queda de 1.454 pessoas na população na zona rural” (Alcântara, 2018, p. 37). Segundo a análise do período de 2010 a 2017, “no ano de 2010, como visto acima a população total era de 54.219

habitantes; enquanto na estimativa disponível no Sidra para 2017 observa-se que a população cresce para 59.857”. De 2010 a 2017, a população aparenta crescimento 5.638 pessoas (Alcântara, 2018, p. 38). Já análise realizada no período de 2015 a 2017, o autor não conseguiu avaliar de forma precisa, por faltar a mensuração da população urbana e rural.

Importante atentar para os dados referentes ao saldo migratório, avaliado por Alcântara (2018), os anos de análise (2003 a 2010), foi evidenciado de forma positiva no período apresentado, “um crescimento acima do natural, o saldo migratório foi de 711 pessoas, gerando uma taxa líquida de migração 1,31%” (Alcântara, 2018, p. 40). Na sequência, observado o período 2010 a 2015, foi constatado “saldo migratório termina positivo em 1267 indivíduos, e a taxa líquida migratória sobe para 2,15%, considerando que este período é menor que o anterior” (Alcântara, 2018, p. 41). O último período analisado foi 2015 a 2017, mostrando a seguinte característica “o saldo migratório, diferentemente do verificado nos períodos anteriores, é negativo em -550, e a taxa líquida migratória -0,91%” (Alcântara, 2018, p. 41).

Segundo dados do Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Mariana (MG) possui um território com uma área 1.194.208Km², a população atualmente estimada é de 61.387 pessoas, cuja população ocupada corresponde a 31,2% e uma densidade populacional de 51.40 habitantes por Km². No entanto, com base em uma análise feita pelo Poder Executivo do município, é apresentado um quantitativo populacional maior do que foi apontado pelo Censo (2022). Essa análise foi embasada pela secretária municipal de Meio Ambiente através do lixo produzido no município. Estima-se que há aproximadamente 90 mil habitantes, podendo chegar a mais, ou seja, uma população flutuante⁷ gigantesca (Varejano, 2023b).

De acordo com Godinho (2008), um dos métodos válidos para cálculo de população flutuante se dá através do resíduo sólido dentro do período de um ano, o que comprova o inchaço populacional de Mariana. Tal contexto de aumento populacional vem sendo evidenciado em estudos recentes sobre o município:

Reconhecemos que o aumento populacional em Mariana-MG é fortemente influenciado pela mineração extrativista. Tal atividade requisita uma expressiva quantidade de força de trabalho, o que faz com que os indivíduos se desloquem para o município, a fim de vincularem-se ao setor por meio do emprego. O fluxo migratório no município é conformado pelas fases de expansão da atividade minerária e pelas fases de recuo produtivo/econômico deste setor. Assim, requisita-se e repele-se a força de trabalho, o que altera significativamente o contingente populacional. Importante

⁷ De acordo com Godinho (2008), a população flutuante é chamada a população que se estabelece em uma área por um período determinado, seja por recreação, turismo, visita a familiares ou a trabalho.

mencionar que são os trabalhadores vinculados às empresas terceirizadas que prioritariamente vivenciam este fluxo migratório (Bertollo, 2017, p. 154).

Frisa-se que os dados e reflexões citadas confirmam que, em Mariana (MG), o fluxo migratório pode ser compreendido como processo historicamente condicionado à atividade da mineração extrativista. Assim, é notório que a atividade econômica desencadeia um expressivo aumento “não natural” da população desde a década de 1960 que se conforma até os dias atuais. Esse processo nos possibilita compreender o ritmo que tem levado o crescimento populacional tornado o município um território marcado pela migração.

1.2 A atividade da mineração extrativista sob os marcos do capitalismo dependente no município de Mariana (MG)

“É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo representa a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos” (Galeano, 2014, p. 18).

O processo de extração mineral é importante para a forma de produção de mercadorias no modo de produção capitalista. O capitalismo é um sistema econômico-produtivo, social, político e cultural, que controla, há séculos, as relações de mercado entre as nações e classes sociais, configurando a divisão internacional do trabalho.

A extração de minério de ferro sempre esteve presente em Mariana (MG), através de empresas como Vale, Samarco e BHP Billiton que possuem grande relevância no cenário econômico mundial e que estruturam o âmbito econômico municipal. A atividade minerária, apesar de impulsionar o âmbito econômico local e nacionalmente, apresenta grande potencial de impactos ambientais negativos a partir do atual modelo que assume. Nesse sentido, podemos citar o rompimento/crime da Barragem de Fundão em Mariana, como um dos maiores crimes

socioambientais da história brasileira e o maior do mundo envolvendo a barragem de rejeitos da mineração.

O rompimento soterrou grande parte do subdistrito de Bento Rodrigues, cerca 80% da comunidade. Em 2015, vivam aproximadamente 600 habitantes no distrito e existiam aproximadamente 200 casas ocupadas. Com a ruptura, as famílias foram obrigadas a se deslocarem do seu território. Essas pessoas viviam de forma tranquila, trabalhavam e cuidavam dos animais e de suas terras. A mineração e a agricultura, conformada por pequenos agricultores que plantavam para a sua própria subsistência, estruturavam o âmbito econômico local (Paz e Souza, 2018).

É notório que secularmente o município de Mariana possui uma grande dependência econômica em relação à mineração. A economia da cidade não se desenvolve apenas pelos setores do turismo e comércio. Nem mesmo, o desenvolvimento econômico é mais fortemente impulsionado pela estrutura da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que possui duas unidades no município: o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) e o Instituto de Ciências Humanas e Aplicadas (ICSA).

Nesse contexto, Bertollo (2017) evidencia que o modelo de mineração extrativista no município de Mariana apresenta e se sustenta sobre um caráter de dependência e subordinação ao capital internacional, que intensifica as expressões da “questão social”, a superexploração da força de trabalho e a destruição ambiental.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), de acordo com as formulações de Marini (2020), é imprescindível para explicar a nossa existência e condição de continente, país e territórios historicamente saqueados. Diante disso, o autor evidencia a particularidade latino-americano “como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2020, p. 109).

Na mesma esteira teórica, Bambirra (2012) compreende a dependência na América Latina segundo uma íntima ligação com a análise do desenvolvimento do capitalismo mundial, à medida que o capitalismo nos países latino-americanos evoluiu no contexto de sua expansão e evolução.

Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma situação condicionante. A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida [...] uma situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens. [...] deste ponto podemos chegar a nossa segunda conclusão geral introdutória: a dependência condiciona uma certa

estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais (Bambirra, 2012, p. 38).

Para Bertollo (2017), a dependência do continente latino-americano em relação aos países capitalistas centrais é um processo histórico e complexo, aprofundado ao longo dos séculos. Ocorre sob a influência das transformações trazidas pela estrutura do modo de produção capitalista global. Da era colonial à fase da globalização do capital, essas terras e povos foram reduzidos à subordinação. Desde a formação sócio-histórica do Brasil, em que a atividade da mineração se faz presente e compõe a base da economia, desde o período colonial aos marcos do capitalismo vigente. Como define Marini:

As relações internacionais da América Latina têm um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente em sua produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII mas sobretudo no XVII, graças à coincidência entre descoberta do ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), só no curso do Sec. XIX e especificamente depois de 1840 sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente (Marini, 2020, p. 110).

No decorrer do século XX, a extração de minério de ferro cresceu em massa e importância até se tornar o centro de uma cadeia produtiva que impulsiona parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) em Minas Gerais e responde por significativo valor total da produção mineral, o que mantém Mariana em uma posição econômica de destaque em relação aos outros municípios do Estado, uma vez que o seu PIB é o maior da microrregião de Ouro Preto e o 10º maior entre os 853 municípios de Minas.

De acordo com o Atlas do Problema Mineral Brasileiro (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023, p. 102), esse aumento do PIB “pode não significar uma mudança na qualidade de vida das pessoas, afinal a renda gerada pode ser concentrada nas mineradoras e em menor medida em altos salários, além do que a infraestrutura de mineração (barragens, usinas de beneficiamento etc.)”. Porém, não tem relação com as necessidades e demandas legítimas da população.

A economia do município de Mariana é condicionada à exportação de *comodities* minerais que são exportados para nações industrializadas, possuem a capacidade de processar, manufaturar e agregar valor aos produtos, estabelecendo uma maior dependência financeira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), “no primeiro trimestre de 2022, a China importou um total de 268,36 milhões de toneladas de minério de ferro, uma queda de 5,2% em relação aos 283,16 milhões do primeiro trimestre de 2021” (Ibram, 2023, p. 12).

“A compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, “também conhecida como *royalties* da mineração”, é um instrumento de compensação financeira prevista pela Constituição Federal de 88, em seguida pelas “normas infraconstitucionais a Lei Nº 7.990/1989 e nº 8.001/90”. Ela foi uma “contrapartida paga pelas empresas mineradoras a, União, estados, distrito federal e municípios decorrente da exploração econômica dos recursos minerais”. (Kzam *et.al*, 2021, p.27). Essa compensação tem como objetivo apaziguar os impactos ambientais, sociais e econômicos causados nos territórios minerados. Conforme pontua a Constituição Federal de 1988:

É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, o Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração (Brasil, 1988).

De acordo com o Galilé (Giacomin, 2022), as cidades de Mariana (MG) e Itabirito (MG), estão entre as três maiores arrecadações da Cfem no Estado de Minas Gerais. “Em 2023, a arrecadação de Mariana superou quase R\$50 milhões a de 2022”. Segundo dados fornecidos pelo portal da transparência, o município “arrecadou R\$266.356.736,22 no período de janeiro a maio de 2022, que foi de R\$217.186.695,75, totalizando uma diferença de R\$48.170.030,47, de um ano para outro. A arrecadação atingiu R\$570 milhões, “com a previsão de R\$647 milhões para 2023”. A arrecadação prevista era de aproximadamente de R\$468,74 milhões. Esses dados demonstram que o município superou a previsão em arrecadação para o ano de 2022, rendendo quase R\$100 milhões a mais.

Na Tabela 2, são destacadas as dez cidades do Estado de Minas Gerais com as maiores arrecadações do Cfem, no ano de 2022. O município de Mariana se destaca na terceira posição.

Tabela 2 – Lista dos 10 municípios do Estado de Minas Gerais com maior repasse de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) (2022)

CIDADES	VALOR EM ARRECADAÇÃO (R\$)
Conceição do Mato Dentro	335 milhões
Itabirito	272 milhões
Mariana	262 milhões
São Gonçalo do Rio Abaixo	252 milhões
Itabira	247 milhões
Congonhas	209 milhões
Nova Lima	190 milhões
Itatiaiuçu	105 milhões
Ouro Preto	71 milhões
Belo Vale	70 milhões

Fonte: Giacomini, 2022.

Podemos observar que esses municípios mineiros elencados na tabela, pela proporção da arrecadação, apresentam uma grande dependência econômica da mineração. Essa condição a qual o município de Mariana está submetida pode ser compreendida como minério-dependência, segundo a conceituação definida por Coelho (2017):

A minério-dependência gera subordinação frente mercados globais de commodities, onde são definidos os preços dos minérios exportados, instabilizando social e economicamente os locais minerados devido a flutuações nos preços. Na situação de minério-dependência, por exemplo, a arrecadação municipal e a geração de empregos e renda, mesmo que relativamente pequenas, serão impulsionadas pela atividade na qual a estrutura produtiva está especializada, o que cria dificuldade em criar alternativas econômicas, uma vez que os investimentos públicos serão direcionados para a manutenção e incentivo da atividade principal (Coelho, 2017, p. 2 *apud* Bertollo, 2017, p. 160).

No contexto da mineração extrativista, diversas questões podem ser evidenciadas: desde a condição da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de *commodities* até a intensificação da subordinação econômica aos países de capitalismo central.

Podemos considerar que a “superexploração da força de trabalho” é uma condição estruturante da atuação das mineradoras na Região dos Inconfidentes. Essa situação condiciona os trabalhadores a jornadas de trabalho exaustivas e adoecedoras. Bertollo (2017) elucida que,

no setor minerário, a superexploração da força de trabalho se manifesta por meio de diferentes configurações das relações de trabalho: pagamento de baixos salários, jornadas intensivas, condições de desemprego de acordo com o ciclo produtivo, terceirização. Esses elementos formam a base da condição de dependência.

Partimos do entendimento de que a superexploração da força de trabalho é o fundamento da dependência [...]. Tais mecanismos podem ser evidenciados no processo produtivo da mineração extrativista [...], a partir de estratégias como: pagamento de baixos salários em relação ao excedente produzido pelos trabalhadores; prolongamento e intensificação da jornada de trabalho que é conformada por turnos; exaustão física e psicológica o que vincula-se diretamente ao alto índice de acidentes de trabalho, adoecimento, mortes; terceirização e violação de direitos trabalhistas, previdenciários, dentre outros que compõem histórica e cotidianamente o cenário de minério-dependência (Bertollo, 2017, p. 189).

Nessa perspectiva, podemos situar os trabalhadores advindos do fluxo migratório, que são requisitados como força de trabalho barata nas mineradoras. Demonstrando que o seu trabalho é indispensável para a acumulação capitalista, uma vez que a inserção desses trabalhadores no setor extrativista mineral é de suma importância para o setor, pois, apresentam algumas especificidades como jornada de trabalho superior à média, inexistência de direitos trabalhistas e previdenciários, efeitos que são essenciais para a acumulação do capital.

É importante ressaltar que a Lei Geral da Acumulação Capitalista se baseia na reprodução e manutenção da riqueza, gerada pelo excedente econômico que permite a acumulação de capital, gerando, em consequência e de forma estrutural, a pauperização, o desemprego e o emprego precarizado.

Para Marx, essa lei se expressa:

sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital. Crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho mais rápido do que da população produtiva expressa-se, capitalisticamente, portanto, às avessas no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital. [...] a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital. [...] A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (Marx, 1984, p. 209-210).

A Lei Geral da Acumulação Capitalista tem como principais elementos exploração da força de trabalho, aumento da produtividade, concentração e centralização do capital, exército industrial de reserva e conversão de mais-valia em capital. Tais itens se circunscrevem na lógica operativa das empresas mineradoras no município de Mariana, em que observamos, de um lado, as mineradoras enquanto expoentes do capital visando o lucro e a reprodução ampliada e, por outro lado, os trabalhadores, sendo explorados e lutando por melhores condições de trabalho e vida.

De acordo com os dados fornecidos pelo Sine Mariana com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no ano de 2022, o município registrou 12.505 contratações, 11.824 desligamentos e um saldo positivo acumulado em 681 empregos. Analisando o saldo dos meses que compõem o ano de 2022 em relação aos empregos formais, janeiro apresentou um déficit (-413), fevereiro (-22), abril (-16), outubro (-267), novembro (-373) e dezembro fechou o ano com um déficit (-464). Tais dados representam os meses em que as empresas de Mariana mais demitiram do que contrataram. Em contraponto, maio foi o melhor mês do ano em que o município teve o registro de 571 contratações de trabalhadores em regime de carteira assinada (CLT), conforme demonstra a próxima tabela.

Tabela 3 – Representação das contratações dos empregos formais referente ao ano de 2022, no município de Mariana, quantitativo de admissões, desligamentos e saldos

MÊS/2022	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
Janeiro	608	1.021	-413
Fevereiro	902	924	-22
Março	1.214	844	370
Abril	955	971	-16
Maió	1.374	803	571
Junho	1.340	754	586
Julho	1.260	889	371
Agosto	1.307	1.109	198
Setembro	1.160	1.020	140
Outubro	857	1.124	-267
Novembro	823	1.196	-373
Dezembro	705	1.169	-464
Total	12.505	11.824	681

Fonte: Elaborada pela autora com dados disponíveis no Caged 2022, disponibilizado pelo Sine Mariana (MG).

Com relação aos setores de agrupamento de atividades econômicas que mais empregaram em Mariana e que apresentam o melhor saldo, em 2022, estão os setores da construção civil, apresentando um saldo de 5.168 empregos, o setor de serviços representado pelo saldo 4.405 e o comércio com o saldo de 2.468 empregos. No tocante ao setor da construção civil, o seu aumento está ligado com as obras inacabadas do Reassentamento do

Novo Bento e Paracatu⁸, demandadas pela Fundação Renova⁹. Os setores da agropecuária e indústria são os que mais tiveram demissões no referido ano, obtendo um saldo de (-149) e (-26), respectivamente de empregos perdidos. A tabela seguir demonstra mais claramente esses dados.

Tabela 4 – Representação das contratações por atividade econômica referente ao ano de 2022, no município de Mariana, quantitativo de admissões, desligamentos e saldos

ATIVIDADE ECONÔMICA	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
AGROPECUÁRIA	48	197	-149
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	48	197	-149
INDÚSTRIA	416	442	-26
Indústria geral	416	442	-26
CONSTRUÇÃO	5.168	5.016	152
	5.168	5.016	152
COMÉRCIO	2.468	2.085	383
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	2.468	2.085	383
SERVIÇOS	4.405	4.084	321
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	665	538	127
Alojamento e alimentação	834	745	89
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	2.046	1.892	154
Outros serviços	141	128	13
Serviços domésticos	0	6	-6
Transporte, armazenagem e correio	719	775	-56
TOTAL	12.505	11.824	681

Fonte: Elaborada pela autora com dados disponíveis do Caged 2022, fornecidos pelo Sine Mariana.

Tais dados evidenciam que, mesmo no contexto da pandemia da Covid-19¹⁰, o setor da mineração extrativista não parou as atividades. A pandemia apenas afetou a classe trabalhadora, que foi colocada em risco com a não possibilidade de isolamento social e ampla vacinação, pois as mineradoras em nenhum momento deixaram de produzir e gerar lucros.

⁸ “Em 5 de novembro de 2023 completa 8 anos que a barragem de rejeitos rompeu, obras ainda estão em andamento no reassentamento do Novo Bento e Paracatu de Baixo. Novo povoado não preserva característica da região atingida pelo rompimento da barragem em 2015” (Parreiras, 2022).

⁹ “A Fundação Renova foi criada mediante acordo judicial, a fundação é controlada pelas mesmas empresas responsáveis pelo desastre e tem uma atuação reconhecidamente arbitrária e que na maior parte do tempo age de modo contrário a decisões coletivas, inclusive as que são tomadas no âmbito do Comitê Inter federativo presidido pelo Ibama. Essa realidade de conflito segue em curso até os dias de hoje e opera como uma espécie de manutenção do desastre na vida cotidiana das pessoas atingidas” (SILVA, 2022b).

¹⁰ De acordo com o G1, a Organização Mundial de Saúde (OMS), “no dia 11/03/2020, declarou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2). Segundo o órgão, o número de pacientes infectados, de mortes e de países atingidos deve aumentar nos próximos dias e semanas. Apesar disso, os diretores ressaltaram que a declaração não muda as orientações e que os governos devem manter o foco na contenção da circulação do vírus” (Moreira; Pinheiro, 2020).

É fato que, no contexto da pandemia, os processos de trabalho se complexificaram, promovendo impactos relevantes, em sua maioria negativos à classe trabalhadora num curto espaço de tempo. A empresa Vale estabeleceu uma parceria com o Governo Federal fornecendo materiais para o combate à Covid-19, com a negociação de a mineração ser colocada e considerada como atividade essencial. Dessa forma, poderia permitir a manutenção da sua produção. De acordo com o Atlas do Problema Mineral Brasileiro:

O setor mineral não paralisou suas atividades em nenhum momento da pandemia, forjando sua “essencialidade” através de pressões sobre o governo federal como forma de ser incluída como atividade essencial no Decreto nº 10.282, que definiu os serviços públicos e as atividades essenciais que continuariam funcionando. A estratégia deu resultado, a inclusão da mineração aconteceu três dias depois, através da Portaria nº 135/2020. (Wanderley; Zucarelli; Farias, 2021 *apud* Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023, p. 169).

Desde o avanço do neoliberalismo, a classe trabalhadora vem sofrendo impactos severos, pois, a ordem neoliberal tem como traço específico acabar com a intervenção estatal na área social, ampliando a desigualdade social e contribuindo para novas contradições e mudanças no mundo do trabalho (Montaño, 2004). Conforme aponta o Atlas do Problema Mineral Brasileiro (2023) na década de 1990, a etapa neoliberal é fortemente marcada com a expansão minerária sem precedentes no setor, colaborando para a instalação de sistemas políticos amplamente liberais e comprometidos com a abertura ao investimento estrangeiro no setor mineral, com o objetivo de redefinir o papel do Estado e incentivando as privatizações:

Marcada pela implantação de uma política econômica neoliberal, a década de 1990 marca uma nova fase para o setor. Em 1995, no primeiro mandato de FHC é abolida a Constituição de 1988 a cláusula que criava restrições a participação estrangeira no setor mineral e a Emenda da Constituição nº 6/1995 abre a lavra e a pesquisa mineral para empresas estrangeiras sediadas no Brasil. Esses aspectos aliados ao Programa Nacional de Desestatização, à lei Kandir e à privatização da CRVD consolidam o processo de privatização do modelo mineral brasileiro (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023, p. 82).

Concordamos com Bertollo (2017) quando afirma que a privatização dos bens públicos é um traço específico das práticas neoliberais e demarca a nossa condição de forma estrutural no capitalismo dependente, garantindo um Estado mínimo para o social e máximo para o capital. Referenciando sobre a privatização da Vale, a autora explana que:

Assim, no ano de 1997, governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso⁴⁴, a empresa estatal é vendida para o capital privado. Um total de 41% das ações da Companhia são abertos ao capital nacional e internacional. Tal venda é, até os dias presentes, muito questionada, juridicamente⁴⁵ e eticamente⁴⁶, devido o valor que foi

pago às ações da Companhia, e também por reconhecer que enquanto empresa estatal a Vale do Rio Doce era patrimônio de todos os brasileiros, o que não se mantém após a venda das ações quando passa a ser comandada pelo capital privado nacional e internacional (Bertollo, 2017, p. 131-132).

Nos países da América Latina, “a estrutura de dependência apresenta expressivas demandas e necessidades sociais para a reprodução da força de trabalho”. No legado do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), autodenominado como um período de “neodesenvolvimentismo”, na realidade, apresentou-se um modelo de Estado liberal com ajustes, mantendo a estrutura da dependência e a superexploração da força de trabalho (Souza, 2014, p.25). Nesse mesmo período, de acordo com Bertollo (2017), ocorreu o denominado como *boom e pós boom das commodities*, etapa em que a produção/extração mineral, especialmente o minério de ferro teve um aumento considerável. “Momentos de ganho de lucratividade ou de rápida e expressiva queda das taxas de lucro, a estratégia utilizada pelo capital foi de ofensiva e destruições da força de trabalho e da natureza” (Bertollo, 2017, p. 235-236).

O contexto não se altera em sentido positivo no passar dos anos, pelo contrário, agrava-se. Segundo Bravo, Pelaez e Menezes (2020) sobretudo no governo do presidente Michel Temer, em que vários projetos foram iniciados, como a Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista e a Reforma Política, o governo Temer acelerou os processos de contrarreforma intensificadas, desde a privatização da saúde e o congelamento dos orçamentos para as políticas sociais por um período de vinte anos. Em 2017, com a reforma trabalhista seu governo alterou diversas leis da CLT de 1943, o que contribui para legalizar condutas já existentes de exploração no mercado de trabalho, uma vez que o texto da reforma prevê acordos individuais entre a classe trabalhadora e os empregadores, sem a intervenção dos sindicatos, contribuindo para a precarização das condições de trabalho, e agravando as condições de vida, saúde e trabalho.

É inegável que a nova lei (contrarreforma trabalhista) não oferece melhorias na garantia de direitos trabalhistas, mas, sim, promove um tamanho desprezo pela classe trabalhadora. No período recente da pandemia, a violação dos direitos ocorreu de forma expressiva, principalmente com relação aos funcionários de empresas terceirizadas. Esses trabalhadores, mesmo diante da contaminação ampliando-se, foram obrigados a se manterem no trabalho sem o direito ao isolamento social e sem os cuidados e equipamentos de proteção para não se contaminarem, com jornadas extenuantes, diminuição dos direitos, benefícios e rebaixamento salarial, sem contar a instabilidade a que foram submetidos.

A terceirização, condição precária de contratação laboral, tem o papel de assegurar a lógica de produtividade e lucratividade nas empresas, ao apresentar uma “condição mais barata” com tendências de redução de custos. De acordo com Santos *et al.* (2020), a pandemia da Covid-19 descortinou uma conjuntura de perdas significativas de direitos trabalhistas e previdenciários, expondo os trabalhadores a riscos pessoais e coletivos.

No Brasil, a pandemia se instala em um contexto particular de crise econômica e política, pois o país já vinha apresentando baixos índices de crescimento econômico e baixas expectativas de crescimento do PIB no atual governo ultraliberal de Bolsonaro (2018-2022). Além disso, o cenário é de concretização das medidas restritivas aprovadas com a Emenda Constitucional nº 95/2016, as recentes reformas trabalhistas (Lei nº 13.467, de 13/07/2017) e previdenciária (EC n. 103/2019) as quais reduziram direitos sociais nas respectivas áreas, afetando diretamente a continuidade das ações de proteção social a serem promovidas pelo Estado. (Cavalcante; Oliveira; Marques, 2020, p. 348).

Dessa forma, podemos afirmar que há superexploração da força de trabalho nas empresas mineradoras, nas quais os trabalhadores são sujeitos à extrema precarização, principalmente os trabalhadores terceirizados, contingente que é cada vez mais expressivo “em 2020, 60,1% de toda força de trabalho da Vale S.A. eram de terceirizados” (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023, p. 115).

A terceirização no Brasil, nos últimos 25 anos, teria causado maiores jornadas de trabalho, adoecimento decorrente das condições de trabalho, ameaças de demissão, maiores dificuldades para sindicalização e menores salários. Com alto nível de terceirização e suspeita de grande informalidade na extração de alguns minerais, a mineração dá grande contribuição para a precarização no mercado de trabalho, com reflexos nos territórios de atuação (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023, p. 115).

Com relação à superexploração da força de trabalho, essa lógica faz com que a classe trabalhadora tenha e mantenha as condições de vida cada vez mais precarizadas e favorece o agravamento das condições de vida das classes subalternas, comprometendo sua reprodução social devido à ampliação das necessidades básicas para sua manutenção (Filho, 2014).

Além dos dados mencionados acima, é importante demarcar que os dados do Caged, demonstram uma desigualdade de gênero em relação à ocupação das vagas. No ano de 2022, a contratação de homens corresponde ao saldo de 8.297 e a de mulheres a 4.208. A faixa etária da maioria dos contratados é dos 18 a 24 anos, com 65 anos ou mais corresponde apenas 32 pessoas que ocuparam as vagas de trabalho. Com relação ao grau de instrução, 58% das vagas foram ocupadas por pessoas com o ensino médio completo, 15% por pessoas com fundamental incompleto, 9% ocupados por pessoas com fundamental completo e médio incompleto, 6% por

pessoas com superior completo, 3% por pessoas com superior incompleto. Os analfabetos, corresponde um saldo negativo de 21 empregos. Conforme exposto na tabela a seguir:

Tabela 5 – Registro de admissões, desligamento e saldo em relação a gênero, grau de instrução e faixa etária

GÊNERO	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
Homens	8.297	8.306	-9
Mulheres	4.208	3.518	690
GRAU DE INSTRUÇÃO			
Analfabeto	26	47	-21
Fundamental Incompleto	1.854	1.729	125
Fundamental Completo	1.148	1.148	0
Médio Incompleto	1.164	1.143	21
Médio Completo	7.219	6.771	448
Superior Incompleto	313	268	45
Superior Completo	781	718	63
FAIXA ETÁRIA			
Até 17 anos	151	58	93
18 a 24 anos	3.540	3.131	409
25 a 29 anos	2.179	2.177	2
30 a 39 anos	3.486	3.336	150
40 a 49 anos	2.121	2.090	31
50 a 64 anos	996	1.007	-11
65 anos ou mais	32	25	7

Fonte: Elaborada pela autora, de acordo com dados do Caged 2022, dados fornecidos pelo Sine Mariana (MG).

É importante demarcar que, na mineração, a contratação de homens se sobressai em relação as mulheres. Bertollo (2023) afirma que “as mulheres são requisitadas nas atividades laborais nos complexos produtivos da mineração extrativista ambiente ocupado predominantemente por homens e que impõe às mulheres situações de assédio, perseguições e demissões” (Bertollo, 2023, p. 108). Tal situação decorrente do patriarcado e das relações de

opressão colocando as mulheres em condições mais vulneráveis e com menor remuneração e instabilidade de renda. Tal situação é mais um elemento empírico da superexploração da força de trabalho.

Segundo Netto (2001, p. 45), “a ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo [...] a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração”. No entanto, o autor alerta para o fato de que a exploração não pode ser suprimida, enquanto existir a produção de riqueza.

A exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja, a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implicam-bem ao contrário! - redução da produção de riquezas (Netto, 2001, p. 46).

Portanto, podemos evidenciar que o capitalismo é um sistema econômico e um modo de produção contraditório, desigual e pautado na propriedade privada dos meios de produção que intensifica as bases de produção da riqueza material na exploração dos trabalhadores uma vez que sua apropriação se dá de forma privada, provocando fortes desigualdades classistas entre os indivíduos. Dá-se aí a razão desses modos de precarização da vida social. O que é perceptível e cada vez mais explícito no município, conforme seu modelo de economia extrativista mineral vigente, que extrai, transforma e consome recursos minerais de forma constante e ampliada e, sobretudo, com as condições laborais precárias e dos conflitos com os trabalhadores e comunidades. São os elementos que demarcam o fluxo migratório em Mariana e sua relação com a atividade econômico-produtiva da mineração.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) CABANAS: REFLEXÕES SOBRE OS USUÁRIOS RECONHECIDOS PELO FLUXO MIGRATÓRIO

Neste capítulo abordamos a política de assistência social no município de Mariana (MG), dando ênfase à sua operacionalização, e a identificação das demandas apresentadas pelos usuários advindos de outras localidades e cadastrados no Cadastro Único no Cras Cabanas. Diante disso, é necessário compreender o território que o Cras Cabanas está inserido e a sua relação com as políticas sociais. A ênfase dada por Santos (2002) sobre o conceito de território o delimita como muito extenso, mais do que uma mera delimitação de espaço geográfico.

Assim, “o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 2002, p. 15). Desse modo, compreender o território significa entender o que perpassa no seu contexto político, social e econômico, visto que estamos inseridos numa sociedade capitalista com contradições e excludente e é nesse contexto que dá a luta diária da população pelo acesso à cidade e aos direitos sociais.

2.1 Breve histórico da política de assistência social e sua operacionalização no município de Mariana (MG)

Historicamente, a política de assistência social teve seu início marcado pela benesse e filantropia, com ações de cunho moralista, uma “assistência social fundada na concepção funcionalista da sociedade que adotava a noção de carência, marginalização social, de conceito ideal da família, do trabalhador” (Sposati, 1995, p. 14).

A partir da década de 1980, o Brasil foi caracterizado por um processo de abertura política e democrático através das lutas e movimentos sociais, resultando na consolidação da Constituição Federal de 1988, no qual “os direitos civis, políticos e sociais são firmados de forma conjunta e articulada, enquanto partes constitutivas de um mesmo estatuto legal” (Machado, 2012, p. 41). Nesse momento, a política de assistência social é reconhecida como política pública e – com a política de saúde e a política de previdência social – passa a integrar o tripé da Seguridade Social. Sendo que “a saúde e a assistência social passam a ser direitos do cidadão e dever do Estado, e a previdência mistura contribuição com financiamento estatal, principalmente para servidores públicos e militares” (Faleiros, 2009, p. 204).

Conforme disposto no art. nº 194 da CF de 1988:

Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I – universalidade da cobertura e do atendimento; II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços[...] (Brasil, 1988).

A Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) foi regulamentada no dia 7 de dezembro de 1993, passando a ser dever do Estado e direito do cidadão de forma não contributiva. “A política de mínimos sociais, nela prevista, foi implementada através de benefícios continuados de um salário-mínimo para idosos e portadores de deficiência muito pobres (renda familiar de ¼ do salário-mínimo per capita)” (Faleiros, 2009, p. 206).

Na letra da lei fica definida como:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas (Brasil, Lei nº 8.742, 1993).

A Loas (1993) é organizada com princípios e diretrizes bem definidos – cabendo ao Estado e às suas instituições romper com as práticas da caridade e da filantropia, ofertando uma política pública de caráter integrado. Com a finalidade de garantir os direitos dos cidadãos, por meio da proteção social básica e especial, e de reconstruir famílias e comunidades privados de direitos.

Entre os objetivos da Loas (1993), estão:

I a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
a proteção a família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
a promoção da integração ao mercado de trabalho;
a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
a garantia de 1 salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a manutenção ou de tê-la provida por sua família (Brasil, 1993).

Por conseguinte, com o objetivo de materializar o que foi proposto nas diretrizes da Loas, o Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas), em setembro de 2004, aprovou a Política Nacional de Assistência Social (Pnas), com gestão descentralizada e participativa, com

objetivo de atender às demandas da população brasileira com eficiência por meio dos benefícios, serviços programas e projetos, bem como a convivência familiar e comunitária. Dessa forma, a Pnas estabelece:

Trata-se, portanto, de transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da LOAS, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo uma urgente, necessária e nova agenda para a cidadania no Brasil. (Brasil, 2005, p. 11).

Em 2005, temos a criação do Sistema Único da Assistência Social (Suas) em conjunto com a Norma Operacional da Assistência Social (NOB/Suas) de 2005, que foi estabelecida pela Pnas e prevista no art. 6º da Loas. O Suas organiza a assistência social de forma descentralizada e participativa, permitindo que sua gestão e administração tenha participação da população brasileira. Sendo sua responsabilidade acolher e proteger indivíduos e famílias em situação de risco ou vulnerabilidade social, por meio dos serviços, programas, projetos e benefícios com base na organização do território. Então, o Suas ordena a assistência social e determina suas ações através das proteções, sendo elas: Proteção Social Especializada (PSE) – dividida em alta e média complexidade – e Proteção Social Básica (PSB).

Desta forma, no município de Mariana-MG a Política de Assistência Social é operacionalizada e organizada via Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania-SEDESC, o que será melhor explicado nos tópicos seguintes.

- **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

De acordo com a Pnas (Brasil/ MDS, 2005), os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são destinados àqueles que se encontram sem referência, em situação de ameaça ou precisam ser retirados do convívio familiar e/ou comunitário. Assim, é necessário garantir a proteção de forma absoluta, “como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido”.

Entre os serviços criados estão: “Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); Trabalho Protegido” (Brasil, 2005, p. 38).

Em Mariana (MG), foram criados os seguintes serviços na Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos (UAI 1 Adulto);

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (UAI Criança e UAI Adolescentes); Família Acolhedora; atuação junto a entidades parceiras como o Lar Comunitário Santa Maria e o Centro de Convivência Casa Lar Estrela.

Com base nos dados fornecidos pela vigilância socioassistencial, conseguimos organizar as informações abaixo:

A Unidade Uai mulher não está sendo ofertada no município, funciona via parceria com o Programa Acolhe/ Instituto Avon¹¹. No caso de ocorrência de violência contra a mulher, a usuária é encaminhada para um hotel na cidade de Belo Horizonte acompanhada por um técnico de referência e encaminhada para o programa. O abrigo que funcionava antes como acolhimento para mulher foi desmobilizado e funciona atualmente como abrigo provisório para pessoas em situação de rua.

O serviço de Acolhimento Institucional UAI Adulto foi implementado em Mariana em 31 de outubro de 2011, todas as unidades de acolhimento do município prestam os serviços de acordo com a Resolução 109 do Cnas (tipificação dos serviços socioassistenciais). A Unidade de Acolhimento Adulto (UAI) funciona como Abrigo Institucional/ Casa de Passagem para a população em situação de rua, a população atendida é composta por adultos e famílias em situação de vulnerabilidade, opera com a capacidade de dez vagas e, no momento, cinco vagas estão ocupadas pelo sexo masculino. A equipe técnica é composta por: um assistente social, um psicólogo e coordenador da Proteção Social Especial.

Já a Unidade de Acolhimento Criança (UAI Criança) foi implementada no município em 13 de novembro de 2001. A população atendida é formada por crianças (fem./masc.) até 12 anos e adolescentes (fem.) de até 17 anos e 11 meses. O Abrigo Institucional tem a capacidade de abrigar dez crianças/adolescentes. No momento, estão abrigadas 13 crianças/adolescentes. A equipe técnica que compõe o serviço é formada por: três técnicos(as) assistentes sociais, um(a) técnico(a) psicólogo(a), um(a) técnico(a) de nível médio e um(a) coordenador(a) da Proteção Social Especial.

A Unidade de Acolhimento Adolescentes (UAI Adolescente) também implementada no dia 13 de novembro de 2001. O Abrigo Institucional atende a população de adolescentes (masc.) de 13 a 17 anos e 11 meses. Opera com a capacidade de acolher dez adolescentes; atualmente, há três adolescentes abrigados. A equipe técnica que compõe a unidade é a mesma da Unidade de Acolhimento da Criança (UAI Criança).

¹¹ Informação cedida pelo coordenador da Proteção Social Especial. Para mais informações sobre o Programa Acolhe, acesse o site: fundoispc.com.br.

A Família Acolhedora foi instituída em 19 de julho de 2019. O objetivo é prestar atendimento temporário, em domicílios de famílias acolhedoras previamente cadastradas, a crianças e adolescentes separados do convívio familiar por decisão judicial por violação de seus direitos. O objetivo é acolher e gerir cuidados individualizados a crianças e adolescentes até que possam voltar para o convívio familiar ou serem encaminhados para adoção. O serviço é voltado para crianças de 0 a 11 anos e adolescentes de 12 a 18 anos incompletos.

Além desses serviços, o município de Mariana também conta com outras entidades parceiras. O Lar Comunitário Santa Maria é um Abrigo Institucional/ Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), que foi instituído em 8 de dezembro de 1992, tem a capacidade de abrigar 60 idosos, atualmente opera na capacidade máxima, abrigando 60 idosos. Outro serviço que é parceiro é o serviço o Centro de Convivência Casa Lar Estrela que funciona hoje como Serviço Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV).

- **Proteção Social Especial de Média Complexidade**

Os serviços de Proteção Social de Média Complexidade, segundo a Pnas (2005), são “aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujo vínculo familiar e comunitários não foram rompidos” (Brasil, 2005, p. 38). Entre os serviços criados estão: “Serviço de orientação e apoios sociofamiliar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA)” (Brasil, 2005, p. 38). Em Mariana, temos os seguintes serviços de Proteção Especial de Média Complexidade: Creas e Centro POP.

O Centro de Referência da Assistência Social (Creas) fica localizado à rua André Corsino, nº 115, Centro de Mariana (MG), em espaço alugado. Foi implementado no município em 2009, quando funcionava em outro local. Os serviços ofertados pelo equipamento estão em consonância com a Pnas. A equipe de profissionais que atualmente (janeiro de 2024) compõe o Creas é formada por: 4 assistentes sociais; 6 psicólogas; 1 advogada; 1 terapeuta ocupacional; 1 coordenadora; 1 motorista; 2 auxiliares de serviços gerais (inclusão produtiva); 2 recepcionistas (1 Programa Ativa Idade e outra Inclusão Produtiva); 1 auxiliar administrativa; 1 estagiária de serviço social.

Tabela 6 – Registro mensal de atendimentos, acompanhamentos realizados no Creas Mariana

SERVIÇOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
ATENDIMENTO ¹²	*	*	1.250	2.438	1.832	1.916	2.995	2.534
ACOMPANHAMENTO	2.161	2.554	3.330	4.342	3.344	3.563	4.049	3.861

Fonte: Elaborada pela autora, de acordo com dados Fornecidos pela Vigilância Socioassistencial.

De acordo com os dados dispostos na tabela é possível perceber o aumento do número de atendimentos e acompanhamentos aos usuários que são referenciados no Creas Mariana, entre os anos 2020 a 2022, período marcado pela pandemia da Covid-19 e pelo aumento populacional que foi demandando para trabalhar nas empresas de mineração no município. Esse crescimento de atendimentos e acompanhamentos pressupõe a elevação de casos e situações de violação de direitos, considerando a especificidade desse equipamento público conforme definido na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.

Segundo o Jornal A Sirene (Barbosa, 2023), “o rompimento da Barragem de Fundão, há oito anos, demarca uma série de violações de direitos que se repetem cotidianamente”. A professora e pesquisadora Kathiúça Bertollo afirma em entrevista concedida a esse veículo de comunicação que “é notório o quanto o município, seja na sua área urbana ou rural, está subordinado e vivencia inúmeros processos de violência desencadeados diretamente pelo processo econômico-produtivo da mineração e pelo processo de reparação, que tem se mostrado moroso e ineficiente” (Barbosa, 2023). Nesse sentido, é possível compreender e relacionar a incidência de fragilidades, vulnerabilidades e violências no território que é conformado pela atividade extrativista da mineração e os dados revelados pelo serviço público, conforme explicitado na Tabela 7.

¹² Nos anos de 2015 e 2016, o item Atendimento não constava no formulário de RMA do Creas.

Tabela 7 – Registro de violência e violação de direitos no Creas Mariana

CRIANÇAS OU ADOLESCENTES	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	70	42	76	54	32	3	11	19
Vítimas de abuso sexual	11	20	22	7	6	13	18	18
Vítimas de exploração sexual	2	2	2	1	0	2	1	6
Vítimas de negligência ou abandono	18	19	64	37	6	9	1	21
Em situação de trabalho infantil	0	0	0	1	3	3	7	5
Usuárias de crack ou outras drogas	0	0	0	0	0	0	0	0
Famílias com crianças ou adolescentes em serviços de acolhimento	6	0	8	9	4	1	1	8
Volume de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas								
Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA)	8	8	37	112	56	101	15	11
Quantidade de adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	90	69	95	59	54	57	4	7
PESSOAS IDOSAS	8	13	24	36	11	8	8	7
Vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)								
Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono	10	11	41	48	13	7	8	18
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	5	5	6	4	3	3	4	2
Vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)								
Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono	0	3	9	9	1	1	2	5
MULHERES ADULTAS (18 a 59 anos)	17	22	17	78	31	31	22	32
Vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)								
Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual	1	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora, de acordo com dados Fornecidos pela Vigilância Socioassistencial.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)¹³ fica localizado à rua Frei Durão, Centro, em Mariana, em espaço alugado. Foi implementado em maio de 2019, quando funcionava em outro espaço. Sua finalidade é realizar atendimentos especializados à população em situação de rua e atuar como ponto de apoio para pessoas que vivem e/ou sobrevivem nas ruas.

Entre os serviços ofertados estão: alimentação (incluindo café da manhã, almoço e jantar), serviços de higiene-banho, espaço para lavarem roupas, local para armazenarem seus pertences. Os usuários também podem solicitar a isenção de taxas de segunda via de documentos, realizar atendimento e acompanhamento psicossocial, além de oficinas e atividades voltadas ao convívio social.

A população que demanda os serviços no Centro POP é diversificada, porém, com características socioeconômicas bem semelhantes, como “a condição de pobreza absoluta,

¹³ Informações extraídas do Requerimento nº 162/2021. Disponível em: camarademariana.mg.gov.br. Acesso em: 25 out. 2023.

vínculos interrompidos, ou fragilizados e a falta de habitação”. Também é presente nesse equipamento público a população migrante ou a população flutuante, que permanece no município por tempo indeterminado ou só de passagem. Esses usuários normalmente demandam passagem ou atendimentos de forma pontual, como banho e alimentação.

Tabela 8 – Registro de atendimentos, acompanhamentos e outros no Centro POP em Mariana

SERVIÇOS ¹⁴	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Atendimentos	-	-	-	-	225	225	171	244
Acompanhamentos	-	-	-	-	104	98	149	244
Pessoa em Situação de Rua	29	59	114	150	150	153	282	351
Migrante	17	19	103	102	75	70	74	101

Fonte: Elaborada pela autora, de acordo com dados Fornecidos pela Vigilância Socioassistencial.

É notório que o ano de 2022 apresenta um aumento do número de atendimentos e acompanhamentos no Centro POP em Mariana, o que demonstra ter ocorrido um aumento do número de pessoas em situação de rua e população migrante no município. O efetivo crescimento com relação a população migrante, na maioria das vezes, são pessoas oriundas de outros estados, cidades que vêm em busca de emprego nas mineradoras ou já trabalham nas mineradoras e quando encerram o contrato de trabalho acabam ficando na cidade, sem terem condições de voltar ao seu local de origem. Outro dado importante mencionar, que trabalhadores saem de outros estados para Mariana através de agenciadores com promessa de trabalho, mas sem garantias, e são direcionados para o Centro POP¹⁵.

Configurando um outro público que utiliza os serviços desse equipamento, de acordo com as formulações de Marx, ele é denominado de “lumpemproletariado”, “estão os que vegetam na miséria e no pauperismo, trabalhadores aptos, mas que há muito não encontram emprego, órfãos, filhos de indigentes, mutilados, viúvas, enfermos, etc.” (Marx, 1984, p. 209 *apud* Netto; Braz, 2012, p. 147).

Cenário semelhante ocorre desde a década de 1970, “10 mil pessoas se deslocaram para o município na época, muitas delas empregadas das empreiteiras, trabalhadores que, após as obras, permaneceram na cidade mesmo desempregados” (Fischer, 2007 *apud* Gracino Júnior,

¹⁴ “O Centro POP foi inaugurado em maio de 2019 e, por isso, os dados sobre Abordagem Social, Pessoa em Situação de Rua e Migrante que compreendem o período de 2015 a 2018 foram extraídos do RMA do Creas. O período de janeiro a maio de 2019 foi somado aos números do RMA do Centro POP” (Vigilância Socioassistencial).

¹⁵ Informação fornecida pela coordenadora do Centro POP do município durante o curso de capacitação Fluxo Migratório e Atendimento à População em Situação de Rua, ofertado pela Fundação Renova no dia 12/07/2023 no período das 08h00 às 12h00, cujo tive a participação como estagiária.

2007). Afirma-se, portanto, que, em Mariana, a mineração e o fluxo migratório possuem um vínculo direto.

Outro fator que, no município, acaba contribuindo para o aumento da população de rua é a especulação imobiliária local, circunstância causada pelas mineradoras e empresas prestadoras de serviço a essa atividade econômico produtiva. Com a elevação exorbitante dos preços dos aluguéis, não resta outra alternativa que não seja a rua ou a ocupação de áreas irregulares, o que tem sido um aspecto determinante da conformação territorial do município ao longo dos anos. Essas situações acabam gerando um crescimento populacional desordenado que vai provocando gravíssimos impactos negativos na cidade, ou seja, são elementos empíricos constitutivos da atividade extrativista da mineração.

Segundo publicação feita pelo Jornal O Tempo (Camilo, 2023), “a mineradora Samarco vem provocando novos transtornos para os moradores de Mariana, operando com 26% de sua capacidade total, a principal culpada por uma crise habitacional causada pela grande ocupação de imóveis por seus trabalhadores”. O aumento da demanda por aluguel e o valor exorbitante praticado por imobiliárias e proprietários de imóveis vêm afetando a população e estudantes da UFOP, que demandam esse serviço, “levando a taxa de evasão dos estudantes dos dois institutos da universidade em 91% em 2022”. Outro fator que complexifica essa situação é a “ausência de políticas públicas”, pois é notável a falta de maior empenho do Poder Público municipal em solucionar essa que é uma das expressões da questão social em territórios minerados.

- **Proteção Social Básica**

De acordo com a Pnas, “a proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2005, p. 33). Serviços direcionados para a população em situação de vulnerabilidade social resultante da pobreza são ofertados no Cras.

Entre os serviços e programas da proteção “deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos” (Brasil, 2005, p. 35). São voltados para o acolhimento, convivência e socialização das famílias e indivíduos, com vínculos familiares e comunitários não rompidos.

Os programas estabelecidos na proteção básica são: “Programa de Atenção Integral às Famílias (Paif); Programa de Inclusão Produtiva e Projetos de Enfrentamento da Pobreza;

Centros de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, focando sua proteção, socialização e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de informação e de educação para o trabalho voltados para jovens e adultos” (Brasil, 2005, p. 36).

A rede socioassistencial da Proteção Básica no município de Mariana oferta os seguintes serviços: Centro de Referência da Infância e Adolescência (Cria); Centro de Referência da Pessoa Idosa (Recriavida); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Santo Antônio; Cras Volante Distritos; Cras Volante Bairros; Cras Colina; e Cras Cabanas.

O Centro de Referência da Infância e Adolescência (Cria) funciona em espaço próprio do município, desenvolve atividades socioeducativas, recreativas, esportivas e culturais para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, no período de contraturno escolar. A equipe que compõe os serviços é formada por coordenação, assistente social, pedagogo, psicólogo e monitores de oficinas. As atividades ofertadas a esse público consistem em oficinas de: esportes, natação, dança, percussão, música, taekwondo, muay thai, capoeira, informática.

O Centro de Referência da Pessoa Idosa (Recriavida) funciona em espaço próprio do município e é destinado ao atendimento da pessoa idosa a partir dos 65 anos. A inserção se dá por meio de um cadastramento prévio e avaliação médica terapêutica (clínico, fisioterapeuta e terapia ocupacional). As atividades ofertadas consistem em: atividades físicas, grupo de Tai Chi Chuan, artesanato, coral/violão, teatro, fisioterapia, terapia ocupacional, oficina de memória e informática. Os profissionais que compõem a equipe são: uma terapeuta ocupacional e três monitores de programa (educação física) e outros profissionais são cedidos pela Secretaria de Saúde. Com relação aos idosos com necessidades especiais, não há oferta de atividades por esse serviço, o que acaba excluindo e segmentando esse público.

Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Santo Antônio está localizado à rua Rosário Velho, nº 2, bairro Santo Antônio, e foi implementado em maio de 2019, em imóvel cedido pela Câmara Municipal de Mariana. O equipamento é integrado ao Cras Volante Bairros. Executa atividades em grupo, com oficinas e ações socioeducativas para a população usuária do equipamento. Atualmente, o SCFV conta com três profissionais, sendo elas: uma assistente social, uma orientadora social e uma do Programa Inclusão Produtiva.

O município de Mariana (MG) é composto por quatro Cras. O último a ser implementado foi o Cras Volante Distritos em 2013, fica localizado à rua Barão de Camargos, nº 254, Centro, em espaço alugado e já funcionou em outro espaço. Atua diretamente com as famílias que vivem nos distritos e subdistritos marianenses. Sua área de abrangência corresponde às localidades de Padre Viegas, Mainart, Camargos, Barroca, Vargem, Margarida, Goiabeira, Santa Rita Durão, Pedras, Águas Claras, Barro Branco, Magalhães, Cachoeira do Brumado, Cafundão, Paraíso, Cuiabá, Paracatu, Campinas, Cláudio Manoel, Monsenhor Horta, Passagem, Castro, Vila Santa Efigênia, Vila Padre Martins, Furquim, Constantino, Bandeirantes e Ponte do Gama. Oferta o Paif e o SCVF.

A equipe técnica é formada por: 4 assistentes sociais, 2 psicólogos(as), 1 terapeuta ocupacional, 1 advogado(a), 2 sem formação profissional, sendo 6 servidores/ estatutários e 4 servidores temporários. Durante as oficinas de estágio ofertado pela UFOP, uma questão que se evidenciou é que no Cras Volante Distritos havia aumentado a demanda de atendimentos à população de imigrantes/refugiados, que estão vindo para o município de Mariana em busca de empregos, muitos vivendo em condições precárias, em sua maioria estão sendo recrutados para trabalharem em fazendas/propriedades rurais de empresários da cidade.

Conforme aponta Vendramini (2018):

São trabalhadores migrantes que, dada a sua condição de estrangeiros, submetem-se a ocupações simples e precárias, de baixa qualificação, mal remuneradas, com longas jornadas e combinando mais de um vínculo de trabalho. Muitas vezes, trabalham mais de oito horas diárias sem contrato de trabalho, décimo terceiro, transporte, descanso semanal, férias anuais; também não têm a possibilidade de exercer direitos políticos, tais como participar de manifestações públicas e filiar-se a sindicatos ou outras organizações políticas. No caso das mulheres, elas predominantemente têm que assumir ainda os afazeres domésticos, o cuidado dos filhos e ainda lidar com o permanente assédio sexual dos colegas, chefes e policiais. No caso dos jovens, quando conseguem, procuram associar o trabalho com os estudos. Enfim, constituem-se numa massa de segregados atrás dos muros, em guetos ou bairros afastados, constituindo-se em trabalhadores os mais fragilizados e vulneráveis que reforçam a subordinação geral da classe trabalhadora (Vendramini, 2018, p. 245).

O Cras Volante Bairros foi instituído em 2009, está situado à rua Wenceslau Braz, nº 781, Barro Preto, em espaço alugado e já funcionou em outro local. Os bairros Barro Preto, Catete, Centro, Cruzeiro do Sul, Fonte da Saudade, Galego, Morada do Sol, Rosário, Santana, Santo Antônio, São Gonçalo, São José, São Pedro, Vila do Carmo, Marília de Dirceu e Novo Horizonte compreendem a sua área de abrangência.

Entre os serviços ofertados, estão o Paif e o SCFV. Sua equipe profissional é composta por 4 técnicos(as) assistentes sociais, 3 técnicos(as) psicólogos(as), 1 advogado(a), 1 outro

profissional nível superior, 2 profissionais de nível médio, 3 sem formação profissional, sendo 7 com vínculo empregado público (CLT), 2 servidores/ estatutários e 5 sem vínculo.

Implementado também em 2009, o Cras Colina fica localizado à rua Ônix, nº 185, Colina, funciona em sede própria, anexo à Associação do Bairro Colina. Os bairros Colina, Canela, Vila Aparecida, Vila Maquiné, Morro Santana (Gogô), Jardim dos Inconfidentes, Jardim Santana, Estrela do Sul, Nossa Senhora Aparecida, Cristal, Fazenda Romão e São Cristóvão integram o seu território de abrangência.

A equipe técnica que compõe o Cras Colina é composta por 5 técnicos(as) assistentes sociais, 1 técnico(a) psicólogo(a), 1 pedagogo(a) e 1 sem formação profissional, sendo 3 servidores temporários e 5 servidores/ estatutários. A população usuária dos serviços prestados na sua maioria é composta por mulheres arrimos de família. Oferta o Paif e o grupo voltado para famílias e mulheres.

O Cras Cabanas¹⁶, por sua vez, foi o primeiro centro a ser implementado em Mariana, tendo iniciado suas atividades em 2006. Mudou-se recentemente para o endereço: rua Barro Branco, nº 141, Santa Rita de Cássia. Atende os bairros Cabanas, Cartuxa, Vale Verde, Santa Clara, Santa Rita de Cássia e Vila Serrinha. A equipe técnica da instituição é composta por: 6 técnicos(as) assistentes sociais, 2 técnicos(as) psicólogos(as), 1 administrador(a), 3 profissionais de nível médio, 4 profissionais sem formação profissional, 5 estagiárias do serviço social, 11 com vínculo servidor temporário, 1 servidor/ estatutário, 4 trabalhadores(as)/ prestadores(as) de serviços e 5 outro vínculo não permanente. Oferta como serviços o Paif e o grupo para mulheres e capacitação de jovens para o mercado de trabalho em parceria com o Rede Cidadã.

Tabela 9 – Registro de atendimento, acompanhamento e benefício eventual nos Cras do município de Mariana

SERVIÇOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Atendimento								
Cras Cabanas/ Distritos	2.312	4.662	5.031	6.006	8.378	7.634	11.271	11.869
Cras Colina/ Bairros	2.506	6.619	4.693	6.374	6.645	7.108	9.754	5.956
Acompanhamento								
Cras Cabanas/ Distritos	2.861	1.324	6.381	7.161	4.106	4.539	3.048	1.596
Cras Colina/ Bairros	4.452	7.019	7.035	8.774	5.646	5.148	5.561	2.664
Benefício eventual								
Cras	0	0	5.991	6.046	8.332	7.758	8.253	9.439

Fonte: Elaborada pela autora de acordo com dados fornecidos pela Vigilância Socioassistencial.

¹⁶ Informações obtidas enquanto estagiária desta instituição no período de janeiro a dezembro de 2023.

Para compreensão da tabela, é necessário explicitar que o Cras Cabanas está referenciado junto à equipe Volante Distritos e o Cras Colina junto à Equipe Cras Volante Bairros, conforme registro oficial na gestão da política de assistência social no município (Vigilância Socioassistencial).

Os dados demonstram um aumento significativo com relação ao número de atendimentos a partir do ano 2016 em ambos os Cras, esse fator está relacionado com o rompimento/crime da Barragem de Fundão. As famílias atingidas foram alojadas em diversos bairros de Mariana, em sua maioria no território da Colina. Nesse período, houve a contratação de diversos profissionais por parte da Fundação Renova, para atuarem na política de assistência social do município, prestando atendimentos aos atingidos pelo rompimento/crime. Outra questão que pode ser conectada com o aumento expressivo nesse período foram as demissões em massa por parte da mineradora Samarco e outras empresas locais que sofreram impactos econômicos com o rompimento/crime da Barragem de Fundão.

Já o aumento de atendimento e benefícios no período de 2021 e 2022 em ambos os Cras tem relação direta com a pandemia da Covid-19 que deixou muitas famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e econômica. Esse cenário também pode ser evidenciado pela demanda da atividade econômica produtiva da mineração que requereu força de trabalho para as obras do Reassentamento do Novo Bento/ Paracatu e a implantação do Grupo Cedro¹⁷ em meados do segundo semestre de 2022, empresa do ramo da mineração com criação de mais de 250 empregos diretos. Essas atividades atraíram um contingente considerável de trabalhadores para o município em busca de emprego, principalmente para o bairro Cabanas.

Desse modo, diante da hipótese assumida neste estudo, podemos afirmar que a atividade econômica produtiva da mineração extrativista é grande impulsionadora do fluxo migratório no município de Mariana (MG). Os dados expostos revelam essa situação, desencadeando o aumento de atendimentos e benefícios no Cras Cabanas.

¹⁷ “A mina do Grupo Cedro em Mariana está em fase avançada para obter o licenciamento operacional e receber R\$ 150 milhões de investimento da Cedro Mineração. São 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro que poderão ser produzidos na cidade. A informação é do jornal Valor Econômico. A reportagem do jornal especializado em economia cita que, de acordo com o diretor de sustentabilidade do Grupo Cedro, Guilherme França, a unidade localizada na primeira capital de Minas Gerais deve entrar em operação no primeiro semestre do ano que vem, com geração de 250 empregos diretos. Além de Mariana, outra cidade da Região dos Inconfidentes também deve receber investimentos da companhia. O Grupo investirá no terminal ferroviário do Bação, em Itabirito, que terá capacidade para transportar 8 milhões de toneladas de minério por ano. A expectativa é que seu funcionamento comece no segundo semestre de 2022” (Jornal Correio de Minas).

A seguir, é discutido especificamente sobre o processo de formação do bairro Cabanas, território em que o Cras Cabanas fica localizado, trazendo a compreensão do território, suas contradições e o direito à cidade.

2.2 Surgimento e realidade do bairro Cabanas em Mariana (MG)

“Mariana me acolheu pequenina.
Menina levada da breca
Ainda brincava de boneca.
Onde ganhei educação.
Desenvolvi-me lentamente
Com saudade do meu sertão.
Chegar a Mariana foi um susto medonho
Ah caboclinha arisca, vinda do Nordeste
Parar logo em Mariana, só mesmo tendo sorte.
Por vezes, menina, chorava pensando voltar.
Deus, nos sonhos, me acalmava
Prometendo meus desejos realizar”.
(*A primaz e a menina* – Jailda de Freitas Silva)

Como citado anteriormente, o município de Mariana (MG) se formou através da corrida em busca do ouro, ou seja, pela atividade extrativista da mineração, ocasionando a ocupação do território de forma acelerada, principalmente por pessoas em busca de trabalho nessa atividade econômico-produtiva.

O espaço urbano concebido pelas cidades é repleto de contradições, que podem ser evidenciadas pelos contextos social, econômico e cultural. Historicamente, o município de Mariana é marcado pelo antagonismo entre as relações sociais e econômicas. Esse processo promove uma profunda alteração em quem vive no local, impossibilitando o acesso aos direitos básicos que são essenciais para uma vida digna.

Não obstante, é importante entender o conceito de território. De acordo com Abreu (2016), caracteriza a disputa de poder e domínio, podendo ser compreendido como uma área repleta de contradições sociais, econômicas e políticas. Porém, nada no território é neutro, seu espaço é permeado de contradições e disputa de poder.

Pereira (2009), ao realizar o estudo sobre Política Nacional de Assistência Social e Território, analisa a concepção de território através das reflexões elucidadas por David Harvey, que foram importantes para compreender a dimensão espacial através da dinâmica do capital. A autora ainda enfatiza o empenho de ponderar a respeito da dimensão territorial como fundamental à defesa e à universalização de direitos.

Desse modo, a constituição do espaço urbano está entrelaçada com a história da assistência social, “através dos históricos processos de urbanização e de industrialização” (Pereira, 2009, p. 28). Conforme aponta Lefebvre (2001), todo problema urbano surge com o processo de industrialização, é ele que move as transformações na sociedade.

Para Pereira (2009, p. 72):

a urbanização no Brasil apresenta características e complexidades as quais precisam ser situadas, pois incidem como determinantes históricas, culturais e sociais da questão social e dos territórios urbanos contemporâneos. Além disso, imbrica-se com conflitos sociais e conquistas de direitos, com a própria forma peculiar de construção da cidadania no Brasil.

Pereira (2009), parafraseando Harvey (1989), traz a luz importantes elementos que demonstram como o capital se apropria do espaço, assegurando a reprodução e ampliação dos elementos indispensáveis à acumulação capitalista. Para ele, “a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções” (Harvey, 1989, p. 201 *apud* Pereira, 2009).

Nessa mesma perspectiva, Pereira (2009, p. 60) enfatiza que “o território é fruto da luta de classes, dos avanços tecnológicos e da permanente necessidade de expansão e de reprodução de acumulação capitalista”. É esse espaço que influencia as condições materiais e a organização do trabalho, determinando as relações sociais que surgem nesse contexto.

Após essa breve análise explicativa sobre o conceito de território, adentramos no debate sobre o município de Mariana (MG), em especial o bairro Cabanas, trazendo elementos de como foi a sua conformação.

De acordo com o Jornal Espeto (2023), Mariana foi a primeira cidade de Minas a ser projetada, desde suas ruas, praças e o atual centro histórico. “Foi planejada e desenhada pelo sargento português José Fernandes Pinto”¹⁸.

¹⁸ “O Brigadeiro-General José Fernandes Pinto Alpoim (1700-1765) foi o homem escolhido pela coroa portuguesa para fortalecer a segurança do Brasil. D. João V nomeou Alpoim em 1738 para comandar a Terço de Artilharia do Rio de Janeiro e ordenou que esta fosse transferida para o Brasil. Alpoim chegou ao Brasil em 1739 e logo se tornou um grande auxiliar do Governador Geral Gomes Freire de Andrade, que se tornou seu amigo e braço direito. Alpoim foi um engenheiro que colaborou com Gomes Freire. Embora o propósito original da chegada de Alpoim ao Brasil fosse basicamente relacionado ao serviço militar, isso não o impediu de se destacar como arquiteto/engenheiro e urbanista no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Suas obras em Minas Gerais se destacam com a criação da Planta da Cidade de Mariana, Palácio dos Governadores, a casa está localizada em Vila Rica (Ouro Preto), onde atualmente funciona a Escola de Minas, uma cela de prisão em Vila Rica e um sobrado próximo ao antigo palácio dos Governadores” (Piva, 2015, p. 54-55).

Vindo para contemporaneidade, deparamo-nos com estudos que afirmam que, em 1986, o município de Mariana era marcado pelo progresso ao mesmo tempo em que sofria com os obstáculos relacionados com a urbanização desordenada (Gracino Júnior, 2007). O mesmo autor aponta que, no período de 1975 a 1985, em Mariana, o espaço urbano passou por uma profunda transformação, uma vez que a chegada das mineradoras e dos operários requer um planejamento e construção de bairros específicos para eles “chamada Vilas”, que forneciam serviços básicos desde escolas, serviços médicos, lazer, supermercados, saneamento básico, segregando o restante da população.

Reivindicando a clássica formulação de Engels (2010), temos que uma vila se ergue a partir do momento que estabelecimentos industriais vão surgindo e demandando muitos operários, que, de certa forma, acabam morando junto ou perto.

Assim, da vila nasce uma pequena cidade e da pequena, uma grande cidade. Quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens que ela oferece [...] na medida em que a indústria e o comércio se desenvolvem nas grandes cidades do modo mais completo, é exatamente nelas que emergem, de forma mais nítida e clara, as consequências de um tal desenvolvimento sobre o proletariado [...] nelas só existe uma classe rica e uma classe pobre, desaparecendo dia a dia a pequena burguesia (Engels, 2010, p. 64-65).

Retomando a reflexão para o escopo deste estudo, Gracino Júnior (2007) salienta que, com o aumento populacional, o centro histórico de Mariana foi se distanciando e o crescimento desordenado foi impulsionando as ocupações, que demarcaram um papel importante no povoamento do município.

O autor sinaliza que a cidade de Mariana, na década de 1980, foi marcada pelo aumento de bairros periféricos, com políticas clientelistas no município, que favoreceram as ocupações “desordenadas”, dando início aos bairros insalubres Santo Antônio (Prainha) e Cabanas: “os dois bairros mais pobres do município, têm sua população formada quase que em sua maioria por pessoas vindas da zona rural ou de outros municípios, 59 e 60% respectivamente”, são bairros que mais apresentam índices desfavoráveis com relação a renda, violência e escolaridade (Gracino Júnior, 2007, p. 161).

Retomando a clássica formulação, Engels (2010) descreve que toda cidade possui um ou mais bairros que são conhecidos como “bairros de má-fama”. É onde se concentra a classe operária, são bairros onde a miséria é frequente, “aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição” (Engels, 2010, p. 71).

Como expõe Gracino Júnior (2007), a população “tradicional de Mariana” começa a decidir que território, que pessoas são importantes, quem é cidadão de direitos. Cria-se na cidade um projeto de cunho “higienista, que visa civilizar ou, se possível, extirpar esse excedente populacional indesejável à ‘harmonia barroca’ da cidade. Foram várias as tentativas e muitos os projetos de se remover do município a população migrada e sem emprego” (Gracino Júnior, 2007, p. 161).

O autor prossegue que a população vai criando mecanismo para manter o centro histórico livre de qualquer desordem, pessoas pobres, população em situação de rua, migrantes e moradores das periferias, produzindo a ideia de um centro histórico ideal, de modo a não afetar o bom fluxo dos negócios, do comércio e que a cidade de “bem viver”, seja bem vista e quista pelos turistas.

Em seus estudos, Gracino Júnior (2007) analisa os grupos que compõem a população marianense. De modo genérico, fracionou a cidade em três grupos populacionais, tendo como parâmetros alguns aspectos como moradia, tempo de vínculo, cargo e identificação com o território, a classificação cunhada por ele resulta as seguintes características:

o grupo que se auto-reconhece como “moradores tradicionais da cidade”, composto por famílias locais e tradicionais, que ainda se mantêm em grande parte no antigo núcleo histórico. Estas, mesmo não sendo um grupo majoritário, nem muito homogêneo, exercem a hegemonia político-social religiosa na cidade. [...] grupo constituído pelas famílias dos trabalhadores das mineradoras, ou simplesmente “trabalhadores da Vale”, que constituem um segmento de padrão econômico relativamente elevado, vindos de outras cidades de Minas Gerais, com hábitos e expectativas próprias. [...] o grupo constituído por segmentos populacionais vindos, em sua maioria, da zona rural, ou de pequenas cidades das cercanias do próprio município, atraídos pela possibilidade de conseguir empregos ou pela esperança de obter um lote. Este grupo apresenta um poder aquisitivo muito baixo, constituindo-se no mais significativo numericamente na cidade (Gracino Júnior, 2007, p. 162).

Condições de segregação espacial-territorial-urbana também são retratadas na centenária obra escrita por Engels (2010) sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Já em 1845, o autor relata a expulsão dos trabalhadores dos centros urbanos para a periferia, situação explicitada a partir de estudo realizado por Gracino Júnior (2007), que também ocorreu no território de Mariana e reafirma como o capitalismo opera sobre os indivíduos mais vulneráveis economicamente, ou seja, sobre a classe trabalhadora e suas frações mais pauperizadas.

A conformação do bairro Cabanas, onde está localizado o Cras Cabanas, também conhecido como “Cidade Alta” decorre de tal contexto. O bairro forma um complexo territorial constituído mais recentemente por outros bairros: Cartuxa, Vale Verde, Santa Clara, Santa Rita

e Vila Serrinha, sendo um dos maiores bairros do município, que foi se consolidando no processo de ocupação irregular do solo. Segundo Leão (2018), o Cabanas surge com o desenvolvimento de Mariana principalmente por pessoas que vieram migradas da zona rural da cidade e de outras localidades em busca de melhores condições de vida e busca por moradias. O nome é uma referência às “cabaninhas”, que abrigaram uma pousada até a década de 1980.

O bairro Cabanas passou por um processo de desapropriação feita pelo ex-prefeito João Ramos Filho¹⁹ e depois foi doado às famílias tidas como “carentes”. Nesse processo, foram doados lotes com cerca de 200m² cada, e o terreno em questão era de propriedade da antiga “Mina de Passagem”. Sobre o processo de estruturação do bairro, “os moradores ‘puxavam’ uma luz, uma rede de esgoto. Além dos baldes carregados nas costas, as mangueiras que coloriam de azul as ruas do bairro eram o recurso utilizado para captação de água” (Leão, 2018, p. 7).

Para Maricato (2015, p. 20):

os bairros de moradia dos trabalhadores são construídos por eles mesmos, nos seus horários de descanso. E também por isso, as favelas fazem parte da reprodução da força de trabalho formal. Foi assim durante o processo de industrialização por substituição de importações e é assim atualmente, nas cidades conhecidas como globais. As favelas integram as cidades de países como o Brasil.

Apesar de atualmente o bairro ter vivenciado processos de desenvolvimento, ainda é possível encontrar problemas estruturais como falta de saneamento básico, abastecimento de água e energia elétrica, estruturas residenciais em péssimo estado e más condições de transporte público, apesar de ter sido implementado o programa “Tarifa Zero”²⁰ recentemente no município. O bairro cada vez mais se torna populoso e sem a devida estrutura, onde famílias ainda vivem em situações precárias, os aluguéis estão a preços exorbitantes – mesmo em áreas de ocupação –, e as políticas sociais públicas não alcançam a completude populacional.

Conforme sinaliza Silva (2018, p. 49):

¹⁹ “A principal liderança política da cidade nas décadas de 1980 e 1990 foi João Ramos Filho, três vezes prefeito e que já passou por vários partidos, em 2005 encontrava-se filiado ao PTB. Ramos foi alvo de denúncias de corrupção que culminaram com sua condenação por crime contra a administração pública em 1996, o que acabou inviabilizando sua permanência no poder. João Ramos concorreu novamente ao cargo de prefeito de Mariana pelo PMDB nas eleições de 2000, mas teve seu pedido de registro de candidatura indeferido pelo TRE de Minas Gerais, por estar em situação inelegível. Foi substituído pelo candidato a vice-prefeito na mesma chapa, Celso Cota Neto, que saiu vencedor. Em 2002, João Ramos lançou-se candidato a deputado estadual pelo PTB, mas não foi eleito. Em 2004, João Ramos concorre novamente à prefeitura, perdendo as eleições para o antigo parceiro Celso Cota Neto” (Cymbalista; Cardoso, 2005).

²⁰ O Tarifa Zero é um programa que assegura o transporte público coletivo gratuito aos cidadãos marianenses, com linhas que percorrem dentro da cidade e dos distritos à sede.

O território do CRAS é muito populoso. Há muitas famílias que residem em áreas de risco e em áreas de ocupação. Essas famílias não têm acesso aos serviços básicos, como rede de esgoto, coleta de lixo, energia elétrica o que reflete na qualidade de vida destas.

Importante destacar que o desenvolvimento econômico do bairro é garantido pelos milhares de moradores, através da diversidade de comércio, aluguel de imóveis, entre outras situações, o que incide e contribui para a arrecadação do município. Em 2018, o Cabanas contava com mais de 10 mil moradores²¹ (Leão, 2018). Segundo Machado (2021), a região do Cabanas compreende a 20% da sede. Esse crescimento pode ser relacionado ao forte e intenso processo migratório que o município de Mariana vivencia historicamente, tornando o Cabanas um centro chamativo de trabalhadores.

O bairro atualmente encontra-se totalmente adensado, sem terrenos vazios, efeito do processo de ocupação irregular do solo, o que demonstra um processo desigual em relação ao acesso à terra.

De acordo com o Jornal Lampião (2017):

Há 14 anos, a ocupação Santa Clara, localizada no Bairro Cabanas, foi iniciada. Sandro William Flores, 41 anos, líder da Associação de Moradores do Santa Clara, foi o segundo morador a ocupar o terreno. Na época, desempregado e sem condições de pagar aluguel, soube da ocupação por um amigo que havia construído um barraco na região, e viu a oportunidade como saída para conquistar a casa própria [...] atualmente, a região conta com cerca de 3 mil moradores, instalados em casas no terreno que conquistou o título de bairro, mas que ainda não é regularizado pela Prefeitura. Serviços básicos como rede de esgoto, instalação de luz elétrica, água encanada, asfaltamento e coleta de lixo estão chegando aos poucos na região.

O bairro Cabanas, entendido como a grande região do Cabanas, tornou-se hoje uma referência para a população migrante, que tem como destino Mariana. É notório que a população migrante se estabelece nas “ocupações irregulares” e, aos poucos, cria-se um “vínculo espacial com o território”, sentindo-se pertencentes, estabelecendo conexões físicas e emocionais. “A medida que o indivíduo vivencia as experiências proporcionadas pelo espaço constrói seus valores articulado com as experiências” (Alcântara, 2018, p. 14) e vão contribuindo para o processo de “fazer a cidade”.

o movimento do direito à cidade enquanto direito de estar ali e de ali levar uma vida urbana. É neste momento, nesta prática, que o fazer-cidade se torna objeto real e observável do “direito à cidade”. Para além da necessidade humana de fundação e refundação permanente dos lugares, por mais precários que sejam, esta dinâmica da

²¹ Não foi possível trazer de forma precisa o quantitativo populacional, devido à falta de acesso a dados concretos na UBS do Cabanas e em outras secretarias do município.

cidade e do agir urbano mostra o estreito vínculo entre a mobilidade das pessoas e a expansão urbana, esta última sendo uma condição para a sedentarização ainda que provisória e da ancoragem local das pessoas em movimento. Locais, particulares ou precárias, as práticas do fazer-cidade revelam assim uma certa universalidade da cidade, no sentido de que deixam entrever inícios, gêneses, processos e lógicas da cidade, cujo final não conhecemos. Mas de qual cidade conhecemos o fim? Por mais monumentais, gigantescas, altas, densas, extensas, difusas ou disformes que sejam, todas as cidades bem como todas as localidades estão destinadas à transformação, que é uma forma de seu desaparecimento (Agier, 2015, p. 493-494 *apud* Cruz, 2022, p. 33).

Em síntese, na argumentação de Vendramini (2018), é nas áreas periféricas que vive a população migrante representada pela classe trabalhadora. Estão sujeitos a todo tipo de violência, xenofobia, cada vez em situações mais precárias, inseguras e à mercê da sorte; no entanto, eles possuem sentimento, tem famílias e tantas outras qualificações. “Enfim, constitui uma massa de trabalhadores completamente disponível para a exploração, tendo que se mover entre diferentes ocupações e regiões” (Vendramini, 2018, p. 247).

2.3 Reflexões sobre como a política de assistência social no Cras Cabanas incide sobre a população migrante

O Cras Cabanas, como mencionado, foi o primeiro a ser implementado no município. A instituição funciona em uma casa alugada de dois pavimentos, o que conforma uma infraestrutura minimamente satisfatória para os atendimentos, uma vez que as salas de atendimento resguardam o sigilo com os usuários. No entanto, é um espaço físico sem acessibilidade. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014), todos os equipamentos da rede socioassistencial devem ter acessibilidade em todos seus ambientes. Em Mariana, a maioria dos equipamentos não atendem esse critério, pois muitos são imóveis alugados pela prefeitura.

Destaca-se que “O CRAS Cabanas em Mariana – MG, está localizado em um território onde as demandas pelos auxílios assistenciais são relativamente altas” (Silva, 2018, p. 49). A maioria dos usuários que são atendidas pelo Cras estão em situação de vulnerabilidade social, com seus vínculos afetivos fragilizados e sem recursos suficientes para a garantia de sua subsistência.

Os usuários atendidos pelo Cras Cabanas, em sua maioria, são mulheres chefes de família, negras, com baixa escolaridade, que procuram o serviço em busca de acesso à alimentação, por meio de cesta básica, sendo essa uma das principais demandas do equipamento. A maioria desses usuários reside em território de “ocupação irregular” como os

bairros Santa Clara, Santa Rita de Cássia e Vila Serrinha. Conforme observado no período de estágio supervisionado, é grande o número de atendimentos a famílias que moram nessa região que vieram de outras localidades em busca de trabalho nas mineradoras.

Durante o desenvolvimento do estágio, de janeiro a dezembro de 2023, no Cras Cabanas, foi possível observar e participar da rotina diária dos assistentes sociais que são bem diversificadas em relação às demandas profissionais abarcando o atendimento a famílias, idosos, mulheres, pessoas com deficiência e/ou situações de vulnerabilidade social, de forma a orientar, encaminhar e acompanhar nos projetos e programas ofertados pelo equipamento e pela política de assistência social do município como um todo.

Também buscam intensificar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) trabalhando na perspectiva preventiva, protetiva e proativa em seus atendimentos com as famílias que fazem parte desse equipamento de forma continuada. O Paif no Cras Cabanas é ofertado por meio das seguintes ações: acolhida e encaminhamentos, grupo de mulheres, busca promoção do acesso e garantia dos direitos sociais. O Paif:

consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico (Brasil, 2014, p. 12).

Todos os serviços, benefícios, programas²² e ações que são ofertados pelo Cras Cabanas estão em conformidade com as normativas municipais, estaduais e nacionais. Entre eles, estão os benefícios eventuais.

Decreto 8.790 – 20/03/2017: Dispõe de um benefício eventual, **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** na forma de cesta básica. O benefício é concedido em forma de cesta básica, para famílias que comprovem a baixa renda e a permanência no benefício são de três meses, podendo renovar através de análise realizada pelos assistentes sociais.

Lei Nº 3245 – 10/10/2018: Dispõe sobre o benefício eventual na política pública da assistência social no âmbito do Município de Mariana denominado **AUXÍLIO NATALIDADE**. É constituído em uma prestação em bens de consumo, com o intuito de reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membros das famílias, o requerimento de solicitação do benefício se dá a partir do 6º mês até 1 mês após o nascimento. O benefício inclui no kit, banheira, kit higiênico e enxoval.

Lei Nº 3.244 – 10/10/2018: Dispõe sobre o Programa Especial de **AUXÍLIO MORADIA** e dá outras providências. O auxílio terá seu subsídio financeiro pago pelo

²² Site oficial de mariana disponível em: <http://camarademariana.mg.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2023.

prazo máximo de 1 (hum) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que atestado por parecer técnico da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania-SEDESC.

Lei Nº 3.280 – 25/06/2019: Regula a concessão [...] do benefício eventual denominado **AUXÍLIO FUNERAL**. Art 1º- Fica instituído no âmbito do município de Mariana o benefício eventual denominado Auxílio Funeral destinado às famílias em situação de vulnerabilidade financeira, com impossibilidade de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de contingências sociais advindas do falecimento de integrante do núcleo familiar.

A ISENÇÃO DE DOCUMENTOS: Constitui-se em uma prestação temporária, garantindo aos cidadãos e às famílias, a obtenção dos documentos de que necessitam e que não dispõem de condições para adquiri-lo.
(Grifos nossos).

Sobre os programas:

Lei Nº 3416 – 13/04/2021: Dispõe sobre o serviço municipal de formação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social – **PROJOVEM**. É um programa que beneficia jovens de 16 a 21 anos, com o objetivo de promover uma formação profissional por meio de capacitações e sua inserção no mercado de trabalho.

PROGRAMA ATIVA IDADE – O objetivo do programa é de reconduzir à prática laboral de homens e mulheres em idade produtiva e com dificuldades de empregabilidade. A inserção de mulheres no programa é com idade igual ou superior a 55 anos, os homens inferiores a 55 anos de idade, não pode estar vinculado a outros programas do governo e estejam em situações de vulnerabilidade social e/ou psicológica. Com remuneração e trabalhos vinculados ao município.

PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA E INCLUSÃO PRODUTIVA – O programa visa a construção de alternativas de geração de trabalho e renda, promovendo à inclusão de mulheres e pessoas com deficiência. A lei procura ofertar apoio a esses usuários, objetivando capacitação para o trabalho e a fim de dar uma autonomia a esses usuários.

(Grifos nossos).

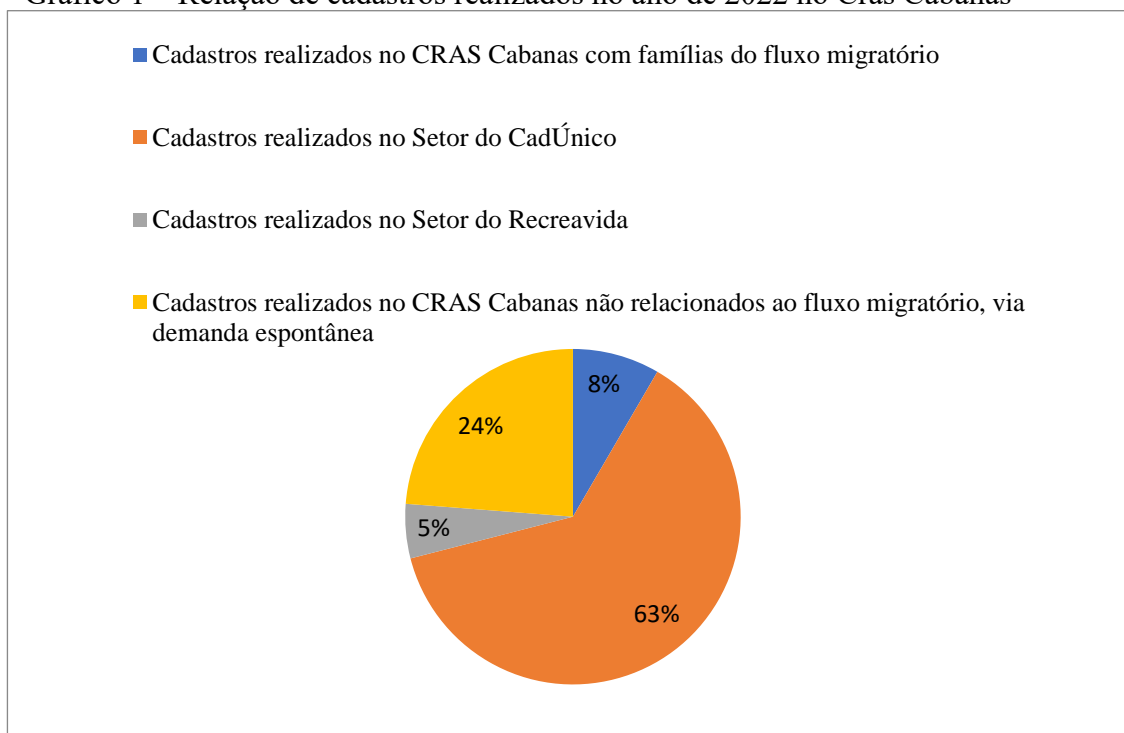
As demandas atendidas pelo Cras Cabanas são as mais variadas e vão surgindo cotidianamente, conforme apontam os dados do Gesuas: violência (doméstica, abuso/sexual, física, psicológica, moral, patrimonial), exploração sexual, negligência contra criança, idoso e pessoa com deficiência (PCD), trabalho infantil, pessoas em trajetória de rua, acompanhamento de famílias abrigadas, solicitações e acompanhamentos vindos da saúde, educação e demais órgãos público, além das demandas pontuais como: orientação e encaminhamento sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), solicitação de cesta básica, isenção de taxa de documentos, inserção de adolescentes no programa ProJovem, acesso ao aluguel social e inserção da mulher no programa renda mínima.

É fato que o objeto de trabalho dos assistentes sociais é a “questão social”. Sobretudo na pandemia do Covid-19, as expressões da “questão social” se complexificaram exigindo novas formas para o seu enfrentamento. Conforme Iamamoto (2009, p. 22), “a ‘questão social’ é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a banalização do humano, resultante de

indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes”. Contudo, a autora frisa que esse é o desafio posto ao Serviço Social na atualidade, de não se sujeitar às imposições e subordinações postas no âmbito do trabalho como requisições, normas contratuais, salários, jornadas “que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais” (Iamamoto, 2009, p. 32). Para a efetivação do trabalho, o profissional precisa atuar de forma coletiva com a sociedade, em prol da ampliação e defesa intransigente dos direitos.

Mencionado esse breve panorama do equipamento e sua dinâmica de operacionalização, evidenciamos agora algumas informações que se relacionam diretamente com o tema em estudo. A pesquisa documental, análise e sistematização dos dados no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, gerados pelo *software* Gesuas utilizado pela rede socioassistencial do município de Mariana, o qual tive acesso enquanto estagiária com autorização da coordenação do equipamento público. São apresentadas por meio de gráficos e se referem a informações da população migrante que foi atendida pelo Cras Cabanas. Mais uma vez, destaca-se que as informações são tratadas à luz do método crítico dialético, o que nos permite realizar uma leitura crítica da realidade que esses sujeitos atravessam em Mariana.

Gráfico 1 – Relação de cadastros realizados no ano de 2022 no Cras Cabanas



Fonte: Elaborado pela autora com dados estatísticos gerados pelo *software* Gesuas, disponibilizado pelo Cras Cabanas.

No ano de 2022, consta na base de dados do Gesuas que foram realizados 631 cadastros de famílias no Cras Cabanas. Cabe ressaltar que o *software* utilizado pela rede socioassistencial copia os dados nos diversos equipamentos das redes e importa esses dados para a ferramenta de abrangência do usuário.

Desses 631 novos cadastros realizados no ano de 2022 no Cras Cabanas, identificamos que 53 representados por 8% dos cadastros foram referentes a famílias que vieram do fluxo migratório, seja de outro estado, cidade ou mesmo da zona rural do município de Mariana. Devido à fragilidade no preenchimento dos dados no Gesuas, acredita-se que possa ter mais famílias advindas do fluxo migratório que recorreram ao Cras Cabanas em 2022.

Os 63% apresentados no gráfico representam os 395 cadastros que foram realizados no Cadastro Único (CadÚnico) no ano de 2022. Podemos relacionar esse quantitativo de cadastros, com a pandemia do Covid-19, muitas famílias recorreram ao auxílio emergencial – programa do Governo Federal, apesar de ser final da pandemia²³. Esses dados nos revelam que grande parcela da população do bairro Cabanas encontrava-se em situação de vulnerabilidade social.

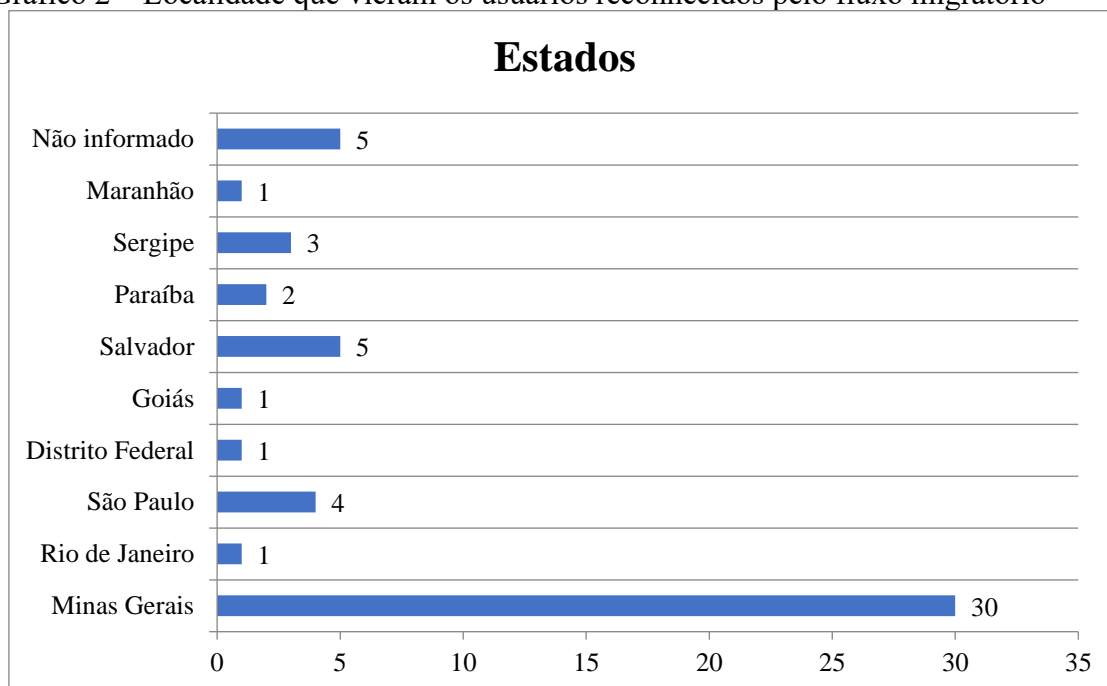
²³ No dia 18 de abril de 2022, “foi decretado pelo ministro da saúde Marcelo Queiroga, o fim da emergência de saúde pública relacionada à Covid-19 no Brasil”. Fonte: Ministério da Saúde explica o fim da Covid-19 como emergência em saúde pública no Brasil | Coronavírus | G1 (globo.com). Acesso em: 15 dez. 2022.

Em meio a um cenário de fragilidade econômica, política e, principalmente, de queda de credibilidade e grande apelo popular, foi lançado um programa de renda básica emergencial: o Auxílio Emergencial. Trata-se de um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal com objetivo de fornecer proteção emergencial durante o período de combate ao Covid-19, sendo instituído pela Lei nº 13.982, em abril de 2020, a qual abrangia um público que ia além das exigências do Bolsa Família. O novo auxílio poderia beneficiar o público do Bolsa Família caso estivesse dentro das condições estabelecidas (Isidoro, 2023, p. 38).

Já em relação aos cadastros realizados no Setor do Recriavida programa da rede socioassistencial, o *software* condensa as informações a partir do território de residência do usuário, no caso, o bairro Cabanas. Podemos constatar que foram realizados 33 cadastros representados por 5%, da população idosa do bairro Cabanas que foi em busca da oferta do serviço. Esse número é bem insignificante, pois, há uma população bem expressiva de idosos que vivem no Cabanas.

Agora, os 24% representados no Gráfico 1 são referentes aos 150 novos cadastros que foram realizados pela demanda espontânea na instituição. Os usuários que recorrem ao Cras Cabanas de forma espontânea, geralmente a maior requisição se dá ao acesso ao auxílio alimentação, cesta básica, isenção de documentos e ao BPC. Muitas vezes, durante a realização desses atendimentos, é possível comprovar que algumas situações extrapolam o âmbito do Cras. O usuário chega demandando um benefício, mas através da leitura crítica da realidade, verificamos que já houve violação de direitos, sendo os encaminhados para o Creas.

Gráfico 2 – Localidade que vieram os usuários reconhecidos pelo fluxo migratório



Fonte: Elaborado pela autora segundo os dados estatísticos gerados pelo *software* Gesuas, disponibilizado pelo Cras Cabanas.

Com a sistematização dos dados do Gesuas, foi possível identificar as localidades de onde vieram os usuários reconhecidos pelo fluxo migratório atendidos no Cras Cabanas. A maioria dos que migraram para o bairro Cabanas veio do próprio Estado de Minas Gerais, destacando-se como principais cidades de origem: Belo Horizonte, Ervália, Alvinópolis, Muriaé, Porto Firme, Ponte Nova, Piranga, Diogo de Vasconcelos, Montes Claros, Ouro Preto, Guaraciaba, Senhora de Oliveira, João Monlevade, Conselheiro Lafaiete, Barra Longa, Patrocínio e Rio Piracicaba.

Vale ressaltar que “Minas Gerais é uma das regiões mais heterogêneas”, cada região dentro do Estado possui suas particularidades, o que influencia nos processos de desigualdades socioeconômicas entre a sua população, contribuindo para o fluxo migratório intraestadual em Minas Gerais (Queiroz, 2014, p. 160).

Ainda acerca desses 30 usuários que englobam o Estado de Minas Gerais, destacamos que quatro vieram da zona rural do município de Mariana. Alcântara (2018), em seus estudos sobre o fluxo migratório em Mariana, aponta a tendência de uma queda constante em relação à população residente da zona rural, evidenciando um forte movimento migratório para zona urbana de Mariana.

Na concepção de Vendramini (2018, p.240), a população da área rural vai se deslocando para as cidades, “compondo uma massa de trabalhadores disponíveis ao capital, exemplo contemporâneo da relação entre a expropriação da terra e a exploração ampliada do trabalho”.

No tocante ao fluxo migratório rural/urbano em Mariana, esse contexto se dá por falta de alternativas de subsistência no campo e de políticas públicas do município especificamente para a população da zona rural. Sem opção de trabalho, saúde, educação e lazer, muitos são obrigados a deixar a vida pacata e recorrer à cidade em busca de melhores condições de sobrevivência.

Enquanto a cidade oferta, apesar das suas inúmeras contradições já mencionadas, melhores condições à população urbana, a zona rural permanece sem estrutura, apesar de que a atividade da mineração, base da economia do município, ocorrer em áreas rurais de Mariana, nos seus distritos e subdistritos. “Constata-se, portanto, que a área rural é mais atingida no tocante à violação de acessos e melhores condições de vida à população do município”. (Bertollo, 2017, p. 156). Nesse contexto, Bertollo segue afirmando:

a população vivencia condições extremas de sobrevivência, uma vez que cerca de ‘4,6% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (12,7% da população na extrema pobreza na área rural contra 3,5% na área urbana)’. Importante ainda evidenciar que tal condição tem relação direta com o analfabetismo, uma vez que esta é mais uma manifestação da negação de condições mínimas de reprodução da vida. Assim, ‘em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 6,0%. Na área urbana, a taxa era de 5,0% e na zona rural era de 13,8%’ (Ministério de Desenvolvimento Social, 2016 *apud* Bertollo, 2017, p. 156).

Para uma melhor compreensão desse contexto de deslocamento da zona rural para a área urbana, explicitamos algumas informações constantes nos documentos cadastros analisados: “Usuário de 27 anos, veio em busca de emprego”; “Usuária de 25 anos, veio a trabalho”; “Usuária de 43 anos, veio por ser distante de tudo, sem acesso em épocas de chuva ficavam isolados”.

No entanto, é importante destacar que os estados de São Paulo, Bahia e Sergipe também são regiões que se destacam em relação à conformação do fluxo migratório em Mariana, especificamente no bairro Cabanas. Tal fato “nos revelam as contradições e a crise permanente em que se situa o capital” (Vendramini, 2018, p. 240).

De modo mais amplo, foi possível comprovar, através da sistematização, que da região Nordeste veio um total de 11 usuários, mas contando com seu núcleo familiar há um total de 26 pessoas abarcando os seguintes estados: Bahia, Maranhão, Paraíba e Sergipe. Apesar de um quantitativo relativamente baixo apresentado nos dados analisados, a presença de pessoas

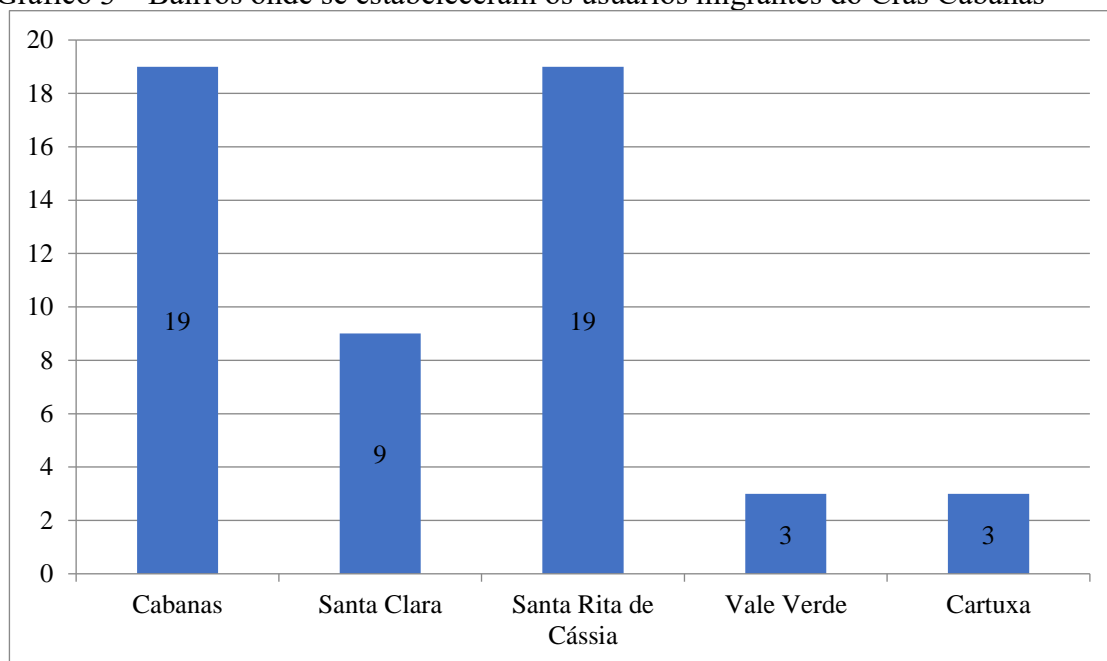
advindas da região Nordeste é bastante expressiva no município de Mariana. A empiria cotidiana demonstra que não é difícil encontrar um nordestino (que não está a turismo) andando pelas ruas marianenses.

Pelo seu sotaque “gentílico”, é fácil identificar que se trata de pessoas advindas do fluxo migratório. Destaca-se, ainda, que esse perfil é majoritariamente de homens em idade requerida para o trabalho. Os motivos que levam a população da região nordeste a migrar estão relacionadas ao contexto econômico e social da região, especialmente do interior, que buscam por melhores condições de vida e trabalho. Conforme salientam Oliveira e Jannuzzi (2005, p. 138), “para migrantes residentes no Nordeste, a mudança é motivada por busca de trabalho”.

Essa situação pode ser comprovada através dos relatos dos usuários registrados nos cadastros no Cras Cabanas: “Usuária de 24 anos, relata que veio em busca de oportunidade de emprego”; “Usuário de 22 anos relata que veio em busca de emprego, sua irmã já reside há um ano no município de Mariana (MG)”; “Usuária de 35 anos veio por causa de uma amiga que já mora no município de Mariana (MG)”; “Usuário de 23 anos, disse que a situação lá estava difícil, sem oportunidade de emprego, vieram numa perspectiva de vida melhor”.

Com relação aos não informados, durante a sistematização encontramos informações que validam que os usuários residem há pouco tempo no município de Mariana, porém, no cadastro realizado pela equipe técnica do Cras Cabanas, não consta o lugar de origem de deslocamento. Como apontado no início, há uma fragilização em relação ao preenchimento de dados.

Gráfico 3 – Bairros onde se estabeleceram os usuários migrantes do Cras Cabanas



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados estatísticos gerados pelo *software* Gesuas, disponibilizado pelo Cras Cabanas.

A análise dos dados permitiu identificar para qual bairro de abrangência do Cras Cabanas esses usuários se deslocaram. Como citado anteriormente, o bairro Cabanas é o maior bairro da cidade de Mariana (MG), formando um complexo com inúmeros outros bairros e áreas irregulares de ocupação do solo. Assim, foi possível apreender que 19 usuários estabeleceram sua moradia nos bairros Cabanas e Santa Rita de Cássia, nove usuários estão localizados no bairro Santa Clara e três usuários estão situados no bairro Vale Verde e Cartuxa.

Podemos evidenciar que 28 usuários estão localizados nos bairros Santa Clara e Santa Rita de Cássia, que são bairros onde foram consolidados via processo de ocupação irregular e, conseqüentemente, são os bairros que mais sofrem com a falta de infraestrutura, como saneamento básico, água, energia elétrica, possuem alguns pontos sem acesso a transporte público, correios, etc. Situação que séculos depois se assemelha ao apontado por Engels (2010), quando afirma que os bairros mais populosos da cidade são os que apresentam mais miséria, “ainda possa dispor de uma pequena quantia para pagar uma habitação humana – e muitas vezes esses miseráveis refúgios do pior pauperismo se encontram próximos dos suntuosos palácios dos ricos” (Engels, 2010, p. 71).

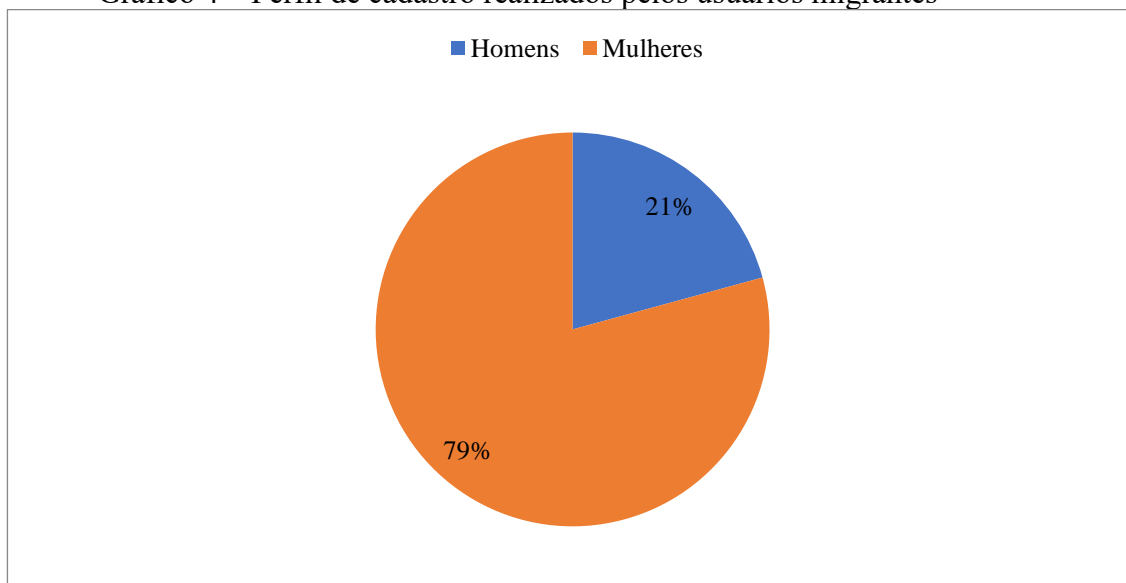
A população migrante no município de Mariana já chega na região despossuídos de qualquer recurso financeiro e a única forma de tentar manter-se na cidade é ocupando esses territórios. Sem recursos de arcar com o aluguel de uma moradia adequada, acabam sendo atraídos para regiões periféricas.

Importante mencionar, que o bairro Cabanas é afastado do centro histórico, dividido pela BR-356 – Rodovia dos Inconfidentes, que corta a cidade de Mariana. A esse respeito, observa-se que:

O trecho é chamado de ‘Faixa de Gaza’ por ter sido cenário de diversos crimes. E estende essa fama ao bairro. Mas o Cabanas não merece ser olhado só com esses olhos de medo, de lugar perigoso e violento. Ele é maior do que isso, é um pedacinho de cidade, onde também há um mundo novo, cheio de possibilidades. Os moradores sabem disso e costumam dizer que lá tem de um, tudo: igreja, banco, escola, policlínica, academia e tudo que puder caber. É uma cidade dentro de outra cidade (Francisco, 2018, p. 14).

A autora ainda segue afirmando que o bairro Cabanas, por ficar num dos pontos mais altos, pode ser avistado por toda cidade. Porém, é um dos bairros que mais sofre com a segregação, “onde os turistas não vão e o policiamento não chega. Lá, há uma outra realidade, após atravessar a BR-356” (Francisco, 2018, p. 14).

Gráfico 4 – Perfil de cadastro realizados pelos usuários migrantes



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados estatísticos gerados pelo *software* Gesuas, disponibilizado pelo Cras Cabanas.

O gráfico demonstra a comparação percentual entre homens e mulheres advindos do fluxo migratório que realizaram o cadastro no Cras Cabanas. Percebemos uma discrepância nas proporções, sendo a maioria do sexo feminino que buscou o acesso à política de assistência social. Durante o período que foram sistematizados os dados da pesquisa, apontamos que foram realizados 53 novos cadastros, sendo 11 do sexo masculino e 42 cadastros do sexo feminino.

Historicamente, as mulheres são as que mais recorrem à política de assistência social, uma vez que social e culturalmente é atribuído a elas a responsabilização pela família nos marcos da sociedade capitalista e patriarcal. Com relação à composição familiar, a maioria reside com um ou até quatro filhos. É relevante destacar que:

Na sociedade patriarcal capitalista em que vivemos, as mulheres são ensinadas a acolher, cuidar, educar, acalmar e servir, sendo responsabilizadas pelo “bem-estar” da família e, por extensão, da sociedade. De forma sintética, na divisão sexual do trabalho cabe às mulheres a reprodução social (Russo, Cisne, Brettas, 2008, p. 136 *apud* Silva, 2022a, p. 48).

De acordo com Oliveira e Januzzi (2005), o fluxo migratório entre mulheres se dá, na maioria das vezes, pela necessidade de acompanhar a família ou por busca de trabalho. Destacamos os seguintes relatos a partir dos cadastros estudados: “morando na cidade há 15 dias, companheiro veio a trabalho há 3 meses”. “Usuária de 35 anos veio em busca de trabalho”; “Usuária de 32 anos veio com o filho de 5 anos em busca de trabalho”.

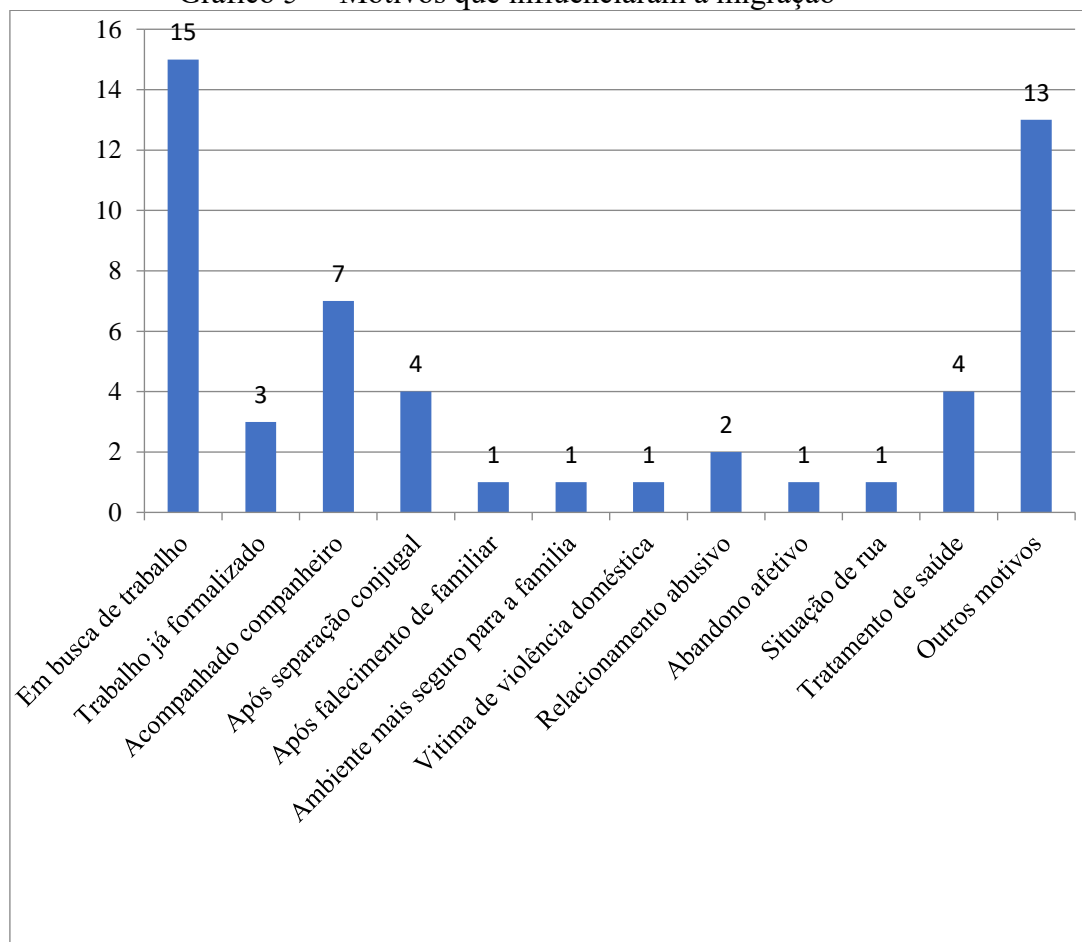
O fluxo migratório de homens se dá pela busca de melhores condições de vida, trabalho e salários. Como expõem Queiroz e Vendramini (2019, p. 191), essa massa de trabalhadores “são a expressão de uma crescente população supérflua que se torna completamente disponível ao capital, em qualquer lugar e em quaisquer condições de trabalho”.

Outro dado relevante sobre a migração masculina é que muitos acabam vindo para o município de Mariana apenas com uma “promessa” de trabalho e ocorre de não se concretizar a formalização do contrato, vínculo empregatício. Essa situação acaba gerando um transtorno na vida do migrante, que, por vezes, acabam por viver em situação de rua e tendo que recorrer à política de assistência social. Tal situação se confirma a partir do seguinte relato: “Usuário de 56 anos veio a procura de trabalho e buscou pelo serviço do Centro POP a procura de um lugar para dormir”; “Usuário de 32 anos veio apenas de passagem, mas acabou ficando na cidade de Mariana (MG), após ouvir relatos que na cidade tinha muitas oportunidades de emprego, dormiu na rua e procurou pelo Centro POP”.

É possível perceber, ainda, que a busca pela assistência social se dá no contexto do agravamento das expressões da questão social, ou seja, tanto homens quanto mulheres estão em situação de pauperismo e dificilmente vão conseguir manter-se no município sem acesso às políticas sociais públicas. Considerando que o município é impulsionado economicamente pela atividade da mineração extrativista que atrai e expulsa a força de trabalho do território. Assim, restando apenas a esses usuários a política de assistência social como forma de acesso às condições mínimas para a sobrevivência, isso quando conseguem ter acesso ao benefício, pois,

a política de assistência social em Mariana atende apenas uma parcela da população, devido ao seu caráter fragmentado, focalizado e seletivista.

Gráfico 5 – Motivos que influenciaram a migração



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados estatísticos gerados pelo *software* Gesuas, disponibilizado pelo Cras Cabanas.

Pelo gráfico acima, podemos compreender quais foram os motivos que impulsionaram a vinda para Mariana. É possível identificar que 15 usuários atendidos no Cras Cabanas vieram em busca de trabalho e apenas três usuários já chegaram no município com emprego formalizado.

É importante salientar que as empresas de mineração e governo local propagam através das mídias sociais que, em Mariana, existe muita possibilidade de emprego na mineração e melhores condições de trabalho, até carros de som percorrem os bairros informando sobre vagas disponíveis em empresas terceirizadas da mineração, fator que contribui para o aumento de trabalhadores vindo de outras localidades, atraídos pela oferta. Porém, muitas vezes, esses trabalhadores que vem em busca de trabalho, acabam não ocupando essas vagas, ficando

destituídos de qualquer recurso no município, somando um exército industrial de reserva. Conforme pontua Alcântara (2018):

E essa massa de trabalhadores que constituem o exército industrial de reserva, produzem suas vidas, suas subjetividades, seus movimentos, nessa condição, em que necessitam vender sua força de trabalho para sua reprodução social, e tendem a se expor a várias condições, como migrar para lugares onde minimamente sejam capazes de manter sua reprodução (Alcântara, 2018, p. 32).

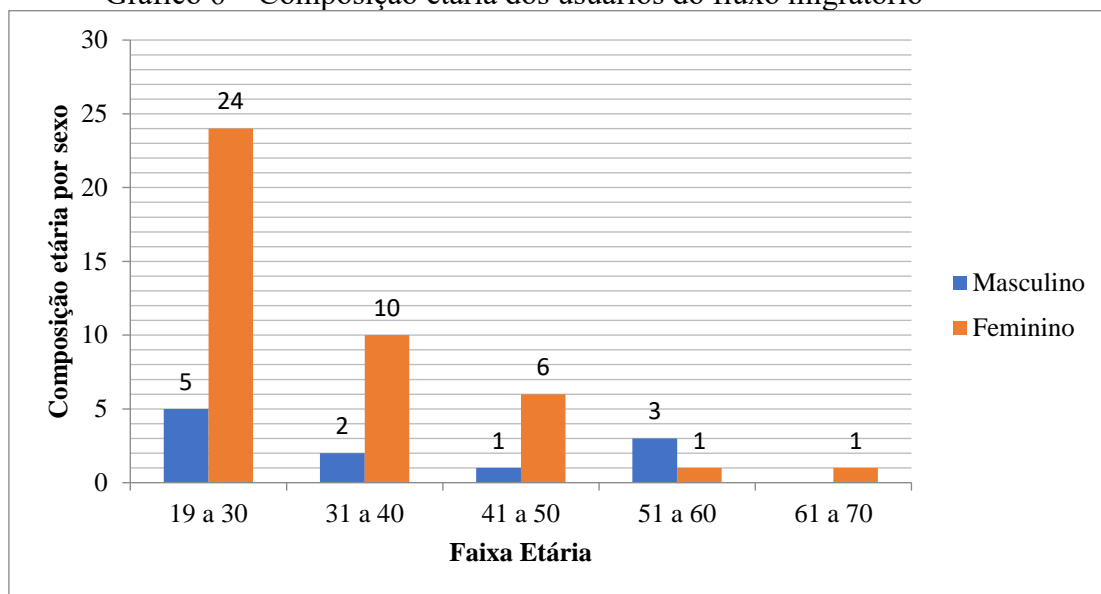
Já o motivo de migrar para acompanhar o companheiro representa o índice de sete mulheres, importante ressaltar que dessas, uma usuária se separou do companheiro no decorrer do processo e resolveu continuar na cidade de Mariana. Destacamos que os dados apontam que nenhum homem migrou em função do trabalho da esposa-companheira, tal fato reforça a informação de que a força de trabalho majoritariamente requerida na mineração é masculina.

Outro fator que contribuiu para a migração no município foi a violência de gênero, como doméstica, relacionamento abusivo, abandono afetivo. Foram quatro usuárias que passaram por diferentes tipos de violência. Também foi possível identificar quatro mulheres que migraram após a separação conjugal. Com relação à migração para realizar tratamento de saúde, identificamos quatro usuários, um se deslocou após falecimento de um familiar e um que já estava em situação de rua veio para Mariana.

Com relação a outros motivos que impulsionaram o fluxo migratório para Mariana, especificamente para o bairro Cabanas, podemos constatar um total de 13 usuários. Como citado acima, há uma fragilização nos preenchimentos dos dados no Gesuas. Dessa forma, não conseguimos identificar o motivo correto que desencadeou a migração.

De modo geral, foi possível perceber que a migração em busca de trabalho e a vinda devido ao acompanhamento do companheiro foram os motivos que mais influenciaram esses usuários a migrarem para o município de Mariana. Mas fica evidente que o fluxo migratório acontece a diversos fatores, destacando-se a situação de que muitas pessoas são expulsas do seu local de origem e não existe a alternativa de ficar no local, como no caso das mulheres vítimas de violência por seus companheiros.

Gráfico 6 – Composição etária dos usuários do fluxo migratório



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados estatísticos gerados pelo *software* Gesuas, disponibilizado pelo Cras Cabanas.

De acordo com o gráfico acima, podemos analisar a faixa etária dos usuários reconhecidos pelo fluxo migratório. Nota-se que a faixa etária apresentada pelos usuários de referência no cadastro do Cras Cabanas é entre 19 e 70 anos.

Conforme a análise, a predominância de usuários que realizaram cadastro no Cras está entre a faixa etária de 19 a 30 anos, representando um total 29, sendo 5 do sexo masculino e 24 do sexo feminino. Esse grupo etário, em sua maioria, disse que mudança para o município de Mariana se deu no contexto pela busca de trabalho. A faixa etária de 31 a 40 anos, confirma o total de 12 usuários, sendo dois do sexo masculino e dez do sexo feminino. Conforme a sistematização do Gesuas, podemos afirmar que a maioria desse grupo também veio em busca de trabalho.

Os dados do Cras demonstram que a faixa etária de 19 a 40 anos é a idade que o mercado de trabalho requer devido às condições boas de saúde e, conseqüentemente, produtivos. Essa questão é central para o deslocamento.

Dessa forma, Leme e Málaga (2001, p. 209-210) apontam que no Brasil:

aos 14 anos de idade, cerca de 30% dos jovens já estão trabalhando e, aos 21, já se atingiu a participação máxima, de cerca de 80%. A participação na força de trabalho se mantém elevada apenas até os 45 anos, quando começa a declinar a uma taxa relativamente constante.

Já o grupo que compõe a faixa etária de 41 a 50 anos apresentou sete usuários, sendo um do sexo masculino e seis do sexo feminino. Mesmo com uma idade mais avançada que os

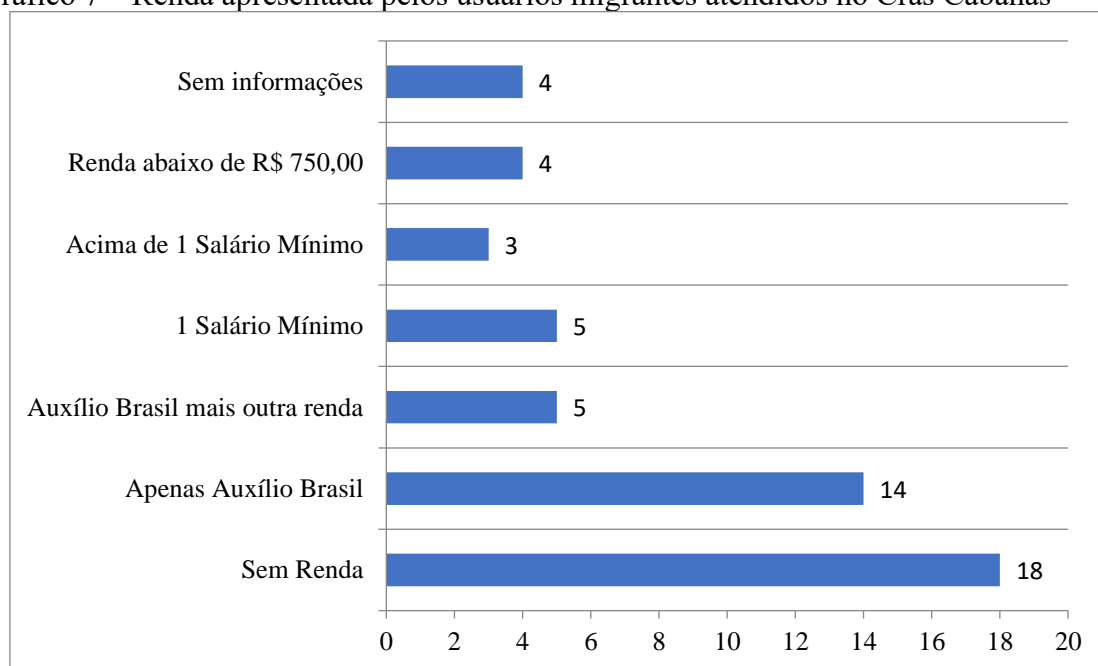
grupos apresentados anteriormente, destacamos que quatro vieram em busca de trabalho e três por motivos de separação conjugal. A situação pode ser confirmada através do relato: “Veio morar em Mariana há 6 meses em busca de emprego, e por causa do ex-companheiro (violência doméstica) [...] mudou para Mariana recentemente, pois estava sofrendo ameaças do ex-companheiro”.

Com relação à faixa etária de 51 a 60 anos, representados por quatro usuários, sendo três homens e uma mulher, a maioria também veio em busca de trabalho. Novamente, destaca-se que homens procuram emprego na mineração. Leme e Málaga (2001, p. 210) evidenciam que, aos 50 anos, apenas 73% das pessoas estão ativas; e, aos 65 anos, idade em que supostamente as pessoas declinam a se retirar do mercado de trabalho, cerca de 60% já não está mais ativa. Esse cenário é perpassado pelo fato de que mesmo depois da aposentadoria, muitos retornam ao mercado de trabalho devido a vários fatores, como prover sustento para a família e, principalmente, por perda na renda e benefícios, o que contribui para a instabilidade financeira.

A faixa etária de 61 a 70 anos representa apenas por uma usuária do sexo feminino com 66 anos, não foi possível analisar o motivo que impulsionou a sua vinda para o município de Mariana.

A partir dos resultados obtidos, podemos analisar que independentemente da idade ou sexo, a maior incidência do motivo da migração foi na perspectiva pela busca de trabalho.

Gráfico 7 – Renda apresentada pelos usuários migrantes atendidos no Cras Cabanas



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados estatísticos gerados pelo *software* Gesuas, disponibilizado pelo Cras Cabanas.

O gráfico traz um panorama em relação à renda apresentada pela população migrante usuária do Cras Cabanas. Durante a realização dos cadastros, os usuários passam pela avaliação socioeconômica, que é um dos critérios para ter acesso aos benefícios e programas ofertados no equipamento.

Podemos analisar quem durante o período de realização desta pesquisa, dos 53 usuários apenas três pessoas afirmaram possuir renda mensal acima de um salário-mínimo e cinco usuários disseram ter a renda mensal de um salário-mínimo. E 18 usuários afirmaram que não possuem uma renda sequer, o que é desproporcional em relação aos outros.

Outros 14 usuários apenas contavam com a renda mensal proveniente do Auxílio Brasil²⁴, enquanto cinco usuários receberam mensalmente o Auxílio Brasil concomitante a outra renda²⁵. Já quatro usuários informaram que se mantinham mensalmente com menos de R\$750,00 e não foi possível obter informações sobre a renda de quatro usuários. Enfatizando que, desses 53 usuários, 29 possuem famílias compostas por um ou até quatro filhos, ou seja, são famílias numerosas.

De acordo com dados apontados por Gonçalves e Santini (2023), em setembro de 2022, última data atualizada do Cadastro Único em Mariana, no território de abrangência do Cras Cabanas, havia 7.137 usuários inscritos. Desse total, 4.170 afirmaram possuir renda mensal de até R\$105,00.

Com base nessa análise dos dados, é notório que existe fortemente a marca da desigualdade de renda entre os usuários, que vivenciam o fluxo migratório. Conforme as reflexões clássicas de Engels (2010, p. 114), não importa se o trabalhador está empregado ou desempregado, “fica à mercê da sorte e come o que lhe dão, o que mendiga ou... o que rouba – e se não encontra nada, simplesmente morre de fome”. Situação que expõe a barbárie que assola a classe trabalhadora secularmente, principalmente a população migrante, devido aos empecilhos que o Estado coloca para o acesso aos direitos sociais, conforme podemos observar nas informações do gráfico a seguir.

²⁴ “O Programa de Transferência de Renda Auxílio Brasil foi um programa que substituiu a programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.284, em 29 de dezembro de 2021. O programa foi criado após o Auxílio Emergencial, com a intenção de trazer apoio e proteção às famílias, promovendo a emancipação. De início, o programa pagava o valor de R\$400,00 mensais, depois aumentou para R\$600,00 até o final de 2022. Para acessar o programa, existia algumas condicionalidades, como frequência escolar mínima de 60% para crianças de 4 e 5 anos e 75% para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, gestantes tinham que estar realizando o pré-natal e manter a vacinação de crianças em dia, de acordo com as orientações do Ministério da Saúde” (Lara, 2023, p. 32-35).

²⁵ Os usuários durante a entrevista nos atendimentos afirmavam que recebiam o Auxílio Brasil junto a outra renda: “Paga o aluguel com Auxílio Brasil e completa com a pensão da filha”; “Recebe o Auxílio Brasil e R\$ 250,00 de pensão”; “Recebe Auxílio Brasil, realiza faxina e recebe pensão de R\$200,00”; “Recebe Auxílio Brasil e R\$ 400,00 de pensão dos filhos”; “Recebe Auxílio Brasil e R\$150,00 de pensão”.

Gráfico 8 – Relação de benefícios e programas solicitados pelos usuários migrantes



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados estatísticos gerados pelo *software* Gesuas, disponibilizado pelo Cras Cabanas.

Ao trazer um panorama dos benefícios e programas solicitados pela população migrante, podemos destacar que a maioria solicitou o benefício eventual cesta básica, sendo este um dos benefícios mais solicitados cotidianamente no Cras Cabanas. Durante o ano de 2022, recorte deste estudo, foram disponibilizadas 2.582 cestas básicas, numa média de 200 cestas ao mês.

Considero importante evidenciar que, quando iniciei meu estágio supervisionado no Cras Cabanas, em janeiro de 2023, o benefício eventual cesta básica estava indisponível no equipamento desde dezembro de 2022 para os usuários e somente foi restabelecida em fevereiro de 2023. Visto que essa quantidade de cestas básicas que é disponibilizada ao Cras Cabanas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Sedesc) é insuficiente em relação ao total de habitantes do território e demandas pelo benefício. O resultado é uma fragilidade na materialização do acesso e do direito socioassistencial.

Estudo realizado em 2018²⁶ pela então estagiária do Cras Cabanas Laís Stefani da Silva já apontava essa redução do quantitativo de cestas básicas disponibilizadas à população do bairro Cabanas: “Atualmente as assistentes sociais têm disponível 200 cestas básicas para

²⁶ Disponível em:

https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1518/1/MONOGRAFIA_ExercicioProfissionalAssistente.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

atender todo o território em um mês. É relevante destacar que o número do benefício reduziu pela metade” (Silva, 2018, p. 50).

A autora enfatiza que, em período anterior, o equipamento recebia 400 cestas básicas ao mês e a redução pela metade desencadeava grandes desafios para os profissionais assistentes sociais, que precisam, de certa forma, selecionar entre os usuários quem acessaria o benefício. Essa atitude vai ao encontro à garantia legal de acesso universal à política de assistência social e reforça a premissa da seletividade.

Outro benefício solicitado pela maioria da população migrante foi a inclusão no aluguel social (auxílio-moradia). De fato, o benefício do aluguel-social em Mariana não contempla a população migrante, pois, um dos critérios para acessá-lo é residir, no mínimo, há dois anos no município. Outra problemática é em relação ao valor que as famílias cadastradas no benefício recebem atualmente, que é de R\$300,00, podendo ter esse valor reduzido por critério de renda.

Devido à especulação imobiliária em Mariana, com este valor é impossível encontrar um imóvel habitacional, o que resta à população morar em áreas de ocupações, em imóveis com problemas estruturais que, inclusive, colocam suas vidas em risco. Durante meu período de estágio, apenas 14 vagas nesse benefício foram direcionadas ao Cras Cabanas, ocasionando uma extensa lista de espera, fazendo com que os profissionais precisem selecionar os(as) usuários(as) a serem contemplados(as) com o benefício.

Evidencia-se, ainda, através dos dados obtidos, a solicitação de inclusão nos programas ProJovem e Programa Inclusão Produtiva o que acaba por se configurar como mais uma problemática posta à população migrante, uma vez que esses programas possuem condicionalidades sendo uma delas ao tempo de residência no município, por um período mínimo de dois anos.

Ademais, o ProJovem não está sendo ofertado no município desde outubro de 2023, está passando por reformulações para adequar-se às normas do Ministério do Trabalho. Importa destacar que o programa ofertava 300 vagas. Segundo informações²⁷, após a reformulação passará a ofertar somente 150 vagas, o que fragiliza o público-alvo e a política de acesso.

Cabe lembrar que programas de geração de renda e capacitação para o mercado de trabalho não são atribuições próprias e específicas da política da assistência social, no entanto, em Mariana, essa lógica é operacionalizada pela Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social (Sedesc), enquanto equipamento público de Assistência Social. Cabe uma reflexão

²⁷ Durante a reunião ampliada realizada no dia 06/10/2023, às 8h00, pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Sedesc), no Centro de Convenções em Mariana. Participei como estagiária do Cras Cabanas, essas informações foram confirmadas pelo atual coordenador do Programa ProJovem.

crítica acerca da forma como esses programas são conduzidos, pois não garantem autonomia e nem a “emancipação” dos usuários.

Os programas dessa ordem de inclusão ao mercado de trabalho possuem a perspectiva de “reduzir as obrigações” do Estado com o determinado conjunto de indivíduos, o público, da assistência social, mesmo estando garantido na letra da lei que essa política se destina a quem dela necessitar. Então, a inclusão produtiva e demais programas de renda e inclusão no mercado de trabalho aos usuários da assistência social assumem uma íntima relação com a contradição central de nossa existência nos marcos do capitalismo, a relação capital X trabalho, o que só reafirma a superexploração da força de trabalho desses usuários inseridos em tais programas. Pode-se dizer que, em muitas situações, a inserção no mercado de trabalho acaba sendo utilizada como mecanismo político de favorecimento e de troca de votos entre esses sujeitos de direitos e figuras públicas que ocupam cargos eletivos-político partidários.

Ambos os programas atualmente constam com uma lista extensa de usuários para o seu acesso. Sinalizamos a importância de que o preenchimento dessas vagas deveria ser apenas via equipamentos da rede socioassistencial, mas, infelizmente, muitas vagas acabam sendo preenchidas através de práticas paternalistas e clientelistas exercidas pelos governantes do município, o que vem prejudicando os usuários da política de assistência social e o trabalho profissional dos assistentes sociais. É urgente e necessário a ampliação desses programas e criação de outros também. Todavia, na perspectiva de emancipação e autonomia dos usuários atendidos por essa política. Ademais, outras demandas como: solicitação de cobertor, colchão, caminhão de mudança, informações sobre tarifa de energia, auxílio natalidade, também foram solicitadas pelos usuários advindos do fluxo migratório.

Sobre o auxílio natalidade, esse benefício eventual oferta um kit básico. Ao todo, são disponibilizados 40 kits por mês, distribuídos para todos os Cras do município. O Cras Cabanas recebe apenas 10 kits mensais. Importa ressaltar que houve meses em que não ocorreu o fornecimento do mesmo. No ano de 2022, apenas 49 kits foram entregues no Cras Cabanas, expondo uma equação que não fecha, pois, a quantidade recebida é insuficiente para o número de usuárias gestantes no território com direito a acessá-lo. É preciso evidenciar que muitas mulheres elegíveis ao benefício ainda não sabem da possibilidade e do direito ao benefício auxílio natalidade.

Diante desse panorama geral de benefícios ofertados e dificuldades no acesso amplo aos mesmos, é importante demarcar a falta de investimentos financeiro na política de assistência social, uma vez que o governo local incentiva o fluxo migratório, apoiando a atividade

extrativista da mineração no município. Essa atividade vem sempre requerendo força de trabalho, o que contribui para o incremento populacional.

Uma informação importante referente à arrecadação municipal e à falta de investimentos no âmbito da assistência social, que foi explicitada em reportagem do Galilé (Varejano, 2023a), é que a arrecadação de Mariana por dia, em outubro de 2023, foi de quase R\$3 milhões. A arrecadação rendeu um total de R\$83.244.132,59 apenas no mês de outubro, “ao dividir esse valor pelos 30 dias do mês, obtém-se em média diária de R\$2.774.804,42 em receitas”.

Para o ano de 2024, a Lei Orçamentária está prevista uma receita de quase R\$1 bilhão de reais. O município através dessa arrecadação era para ser realmente uma “cidade de bem viver”. Porém, ele está colapsado em todos os âmbitos, falta de investimento na saúde, educação, falta d’água em quase todos os bairros, enquanto as mineradoras privatizam o recurso de forma indiscriminada, trânsito caótico, ruas em péssimas condições, sem política habitacional, saneamento básico ineficiente, transporte em péssimas condições, ou seja, a cidade está totalmente saturada.

Destarte, a falta de investimento na assistência social no Cras Cabanas se reflete principalmente sobre os usuários do fluxo migratório, pois, enfrentam uma maior dificuldade para acessar os programas, projetos, benefícios e serviços, mesmo que o direito socioassistencial esteja garantido na CF/88. É notório que há uma grande parcela desses usuários vivendo em condições mínimas de sobrevivência, uma vez que a política social do município não age de forma universal e ampla na vida deles, e o Estado responsabiliza-os pelo próprio sustento. De fato, esses usuários possuem suas vidas e existências atravessadas pela política neoliberal em que o acesso aos direitos não é igual para todos.

Para Silva (2018), essa situação é agravada no município de Mariana, diante da condição de capitalismo dependente e periférico. E principalmente pela atividade da mineração extrativista, através do seu processo produtivo que vai intensificando a desigualdade social, criando mecanismos e contradições na efetivação dos serviços públicos e fortemente incidindo na política de assistência social e no exercício profissional do assistente social.

Ainda menciona que após o rompimento da Barragem de Fundão em 2015, o município de Mariana passa a ter um aumento expressivo por requisição dos serviços públicos, como saúde, assistência social e habitação. É nesse contexto que muitos dos profissionais assistentes sociais foram contratados para atuar no Cras Cabanas, via parceria entre Fundação Renova e a Prefeitura de Mariana, sendo que de início o contrato era para atender somente a população

atingida diretamente pelo rompimento/crime da barragem, mas acabou que os profissionais passaram a atender diariamente toda a população que recorre ao Cras Cabanas.

Conforme Silva (2018, p. 47-48):

Em relação ao contexto político do Município, ponto que foi explicitado por todas, podemos destacar que os vínculos empregatícios, os contratos são muito precários. Os cargos públicos vêm, nos últimos anos, sendo ocupados através de processos seletivos que duram de dois a quatro anos e por cargos de confiança, pessoas com vínculos com a política partidária do Município. A ausência de concursos públicos interfere diretamente nas relações trabalhistas destas profissionais, que muitas vezes se veem sem autonomia para a atuação profissional nos equipamentos do SUAS. [...] a empresa contratante não acompanha de perto o trabalho das profissionais, não conhece a realidade que vivenciam no exercício da profissão. As renovações de contratos são sempre incertas, podendo ser ou não dispensadas a qualquer momento. Importa ressaltar que as profissionais possuem este vínculo trabalho a partir da situação do rompimento da barragem de Fundão, em que, a partir de determinação do Ministério Público, foram contratadas equipes de profissionais, via empresas terceirizadas que prestam serviço à Fundação Renova. Fundação esta que foi criada para coordenar e gerir o processo de ressarcimento dos atingidos no município.

Ademais, a autora Raicheles confirma essa prática de contratação no âmbito do Serviço Social, quando afirma:

No âmbito do serviço Social, verifica-se a ampliação de formas de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria (empresas do eu sozinho ou PJs), de falsas cooperativas de trabalhadores, na prestação de serviços a governos, especialmente subnacionais, e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão do trabalho (Raichelis, 2013, p. 625).

Conforme Silva (2022a) atualmente a contratação de servidores públicos no âmbito da assistência social é realizada por intermédio da prefeitura, cabendo à Fundação Renova realizar a distribuição e a realização de capacitação e especialização aos profissionais.

Diante desse cenário que se impõe desde 2015, no momento que este estudo é finalizado, primeiros meses de 2024, apenas uma assistente social é concursada no Cras Cabanas, sendo que 15 permanecem sob a forma de contratação precária. Há um acúmulo de reflexões teóricas e a prática cotidiana comprova que o vínculo empregatício sob forma de contratos, acaba contribuindo para a precarização das condições de trabalho desses profissionais, pois impactam na relação entre usuários e profissionais contribuindo no rompimento de vínculos pela rotatividade entre profissionais, o que influencia na continuidade dos trabalhos desenvolvidos com os usuários.

Condições como essas tornam difícil a materialização do Projeto Ético Político Profissional, pois afetam na qualidade dos serviços e na estratégia de ampliar a relativa autonomia profissional. Para Raichelis, essa condição só reafirma a precarização das condições de trabalho.

o conjunto dos trabalhadores sociais, entre os quais o assistente social, é afetado pela insegurança do emprego, precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas, intensificação do trabalho e das formas de controle, baixos salários, pressão pela produtividade e cumprimento de metas e resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, de políticas continuadas de capacitação profissional, entre outros (Raicheles, 2013, p. 625).

Outro fator importante de se mencionar é o assistencialismo e a filantropia que são muito presentes e influenciam na postura, principalmente em municípios pequenos e de médio porte, como Mariana. São poucos os usuários que reconhecem os seus direitos, muitos acabam recorrendo à postura paternalista e clientelista de agentes da administração pública (vereadores, gestores, cargos comissionados etc.) e se sentindo merecedores de qualquer forma de auxílio, mesmo que lhe custe a devolução de favores, como o voto, por exemplo.

A identificação da Assistência Social com assistencialismo e filantropia ainda é parte dos desafios a serem enfrentados nesta área. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários da Assistência Social na nossa sociedade (Yasbek, 2004, p. 19 *apud* Couto, 2015, p. 669).

Silva (2018) aponta que, apesar dos avanços na implementação do Suas no município de Mariana, as ações clientelistas ainda são comuns e violam a natureza das políticas públicas e as obrigações do Estado com a política de assistência social. E esse comportamento interfere diretamente no exercício profissional e na autonomia da equipe técnica do Cras Cabanas que acabam, por vezes, tendo que se sujeitar às “ordens da gestão ou você é penalizado”, conforme relato das profissionais.

Nesse sentido, podemos evidenciar que a população migrante atendida por esse equipamento público fica em uma situação de desproteção social, risco e vulnerabilidade social ainda maior do que já se encontravam, devido às limitações dos serviços e programas ofertados no município de Mariana, que vão desde as restrições de acesso às vagas, seletividade, burocratização e existência de critérios limitadores para concessão dos benefícios e programas. Portanto, ficam as perguntas: *Será que é possível mudar o cenário que esses usuários encontram no Cras Cabanas? Será que existe um horizonte de possibilidades?*

Diante dessas indagações, é importante demarcar a importância do papel do assistente social no Cras Cabanas, uma vez que os profissionais exercem um papel de grande relevância, quando conseguem reconhecer e compreender a história do território e da população que integra esse espaço. Dessa forma, podem contribuir no desencadeamento de melhorias na comunidade e estimular potencialidades na população assistida no território, além de conseguir identificar as necessidades para desenvolver uma atuação com qualidade e efetividade.

Tais questões serão possíveis somente a partir do coletivo; são impossíveis sob o ponto de vista do individualismo. Nesse sentido, uma alternativa importante necessária e urgente seria a articulação com os movimentos sociais presentes no território do Cabanas e, para além deles, pois, é só através da luta que as políticas alcançarão, de forma efetiva, os usuários migrantes do Cras Cabanas, recorte deste estudo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender a relação entre a atividade da mineração extrativista, fluxo migratório e a política de assistência social a partir do Cras Cabanas, Mariana (MG). Podemos afirmar que essa proposta foi alcançada.

No tocante aos principais resultados sobre este estudo, destaca-se que o setor extrativista da mineração está presente desde o surgimento do município de Mariana (MG), desencadeando contradições e problemas sócio-políticos, econômicos e culturais. Constata-se que o fluxo migratório no município decorre da atividade da mineração extrativista. A busca por melhores condições de vida e trabalho está no centro das motivações das mudanças para a sede marianense. É fato que a atividade da mineração incentiva o fluxo migratório, uma vez que utiliza mecanismos de manipulação social para atrair trabalhadores e, conseqüentemente, continuar com o ciclo vicioso da superexploração da força de trabalho, aumentando a vulnerabilidade social.

Desse modo, a população migrante que busca o município atraída pela mineração, ao se deparar com a realidade que não condiz com o contexto narrativo utilizado pelas empresas mineradoras e terceirizadas, acaba enfrentando sérios problemas – como elevação do uso de drogas e álcool, violência, fome; logo, aumentam também os índices de violência, abuso sexual, tráfico, casas de prostituição, gravidez na adolescência, filhos sem pai (conhecidos como filhos da mineração), suicídio, tráfico e repressão sobre o jovem negro no município.

Sem alternativas para prover no município, devido ao alto custo de vida, e com a especulação imobiliária decorrente da atividade da mineração extrativista, essas pessoas se deslocam para o bairro Cabanas em busca de moradia. Tal contexto pode ser comprovado pelos dados apresentados em relação ao aumento de benefícios e acompanhamentos no Cras Cabanas.

No que tange aos serviços prestados à população migrante, através da política de assistência social via Cras Cabanas, mostraram-se insuficientes. Uma vez que a política pública de Mariana (MG) não abarca essa população, devido aos critérios e condicionalidades para acessar os benefícios e programas. Cenário este que é reforçado pelo despreparo por parte dos governantes e gestores públicos que não contribuem para o desenvolvimento de outras políticas públicas, para enfrentarem os problemas sociais, econômicos de forma ampla e eficiente, agravando ainda mais as condições de vida dessa população.

Outra situação que merece destaque é o fato de que os equipamentos da rede socioassistencial do município funcionam em espaços alugados e sem acessibilidade. O Cras

Cabanas, desde a sua implantação, passou por duas mudanças de endereço – saiu da rua principal do bairro e agora funciona em um espaço mais afastado. Essa mudança não é uma boa alternativa nem para os usuários e nem para os profissionais, além de fragilizar o vínculo entre profissionais e usuários, dificultando a materialização das ações no território.

Ao longo do período de estágio supervisionado e da elaboração deste estudo, foi possível perceber o quanto os profissionais assistentes sociais no Cras Cabanas enfrentam dificuldades para a materialização das políticas sociais públicas, vivenciam a falta de investimento do município com o equipamento, estão submetidos à precarização das condições de trabalho, contratos de trabalho frágeis, falta de concursos públicos. Tudo isso prejudica e influencia na autonomia profissional da equipe.

Mesmo com essas limitações e contradições presentes no cotidiano profissional, possuem as competências necessárias, atuando em consonância com a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão e com o Código de Ética de 1993, demonstrando a capacidade de compreender a realidade dos usuários. São comprometidos com o bom desempenho de suas atribuições e prezam pelo diálogo e respeito.

Quanto às limitações deste estudo, é importante salientar que alguns dados não foram possíveis de serem traçados, como escolaridade, raça da população migrante, devido à fragilidade no preenchimento dessas informações no Gesuas.

Ademais, os resultados aqui apresentados podem servir de contribuição para novos estudos e, principalmente, para repensar a política de assistência social no município, além de servir como um rigoroso estudo da realidade concreta para a gestão municipal pensar em estratégias que, de fato, contemplem a população migrante, garantindo o acesso ao direito, aos programas e benefícios sociais.

Relevante demarcar, ainda, a importância de se criar alternativas econômicas no território do Cabanas e no município como um todo, buscando caminhos frente à minério-dependência. Criar possibilidades de turismo sustentável, diversificação produtiva dando ênfase à agricultura familiar, acesso amplo aos serviços públicos a partir da perspectiva reivindicatória dos movimentos sociais que atuam no território, entre outras ações. Afinal, o município apenas será desenvolvido econômica e socialmente se for pensado e acolhido pela população migrante e por todos que o conformam, superando as barreiras e os antagonismos classistas que o marcam historicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território, política social e serviço social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo.** Campinas: Papel Social, 2016.

ALCÂNTARA, Renan Mapa de. Contribuição para o estudo dos fluxos migratórios no município de Mariana-MG no início do século XXI. 2018. Manuscrito

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; Edusp, 1982.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano.** Florianópolis: Insular, 2012.

BARBOSA, Karina Gomes. Da bateia às barragens. **A Sirene**, 5 nov. 2023. Disponível em: <https://jornalasirene.com.br/todas/2023/11/05/da-bateia-as-barragens>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BELLAN, Pedro Fernandes de Sales Lima. **As cidades coloniais mineiras e o turismo: um estudo de caso de Mariana (MG).** 2022. 52f. Monografia (Graduação em Turismo) – Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG.** 2017. 289p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BERTOLLO, Kathiúça. Mineração extrativista, educação pública e resistências classistas: na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. **Universidade e Sociedade**, ano 33, n. 72, p. 100-118, jul. 2023. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2023.

BRASIL. **Constituição Federal 1988.** Art. n° 20. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Tipificação nacional de serviços sócio-assistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social, PNAS-2004: Norma Operacional Básica NOB-Suas.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; MENEZES, Juliana Souza. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. **SER Social. Estado, democracia e saúde**, [S.l.], v. 22, n. 46, jan./jun. 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25630. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG; Cedeplar, 2009.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 221-236, maio 2006.

CAMILO, José Vítor. Mineração gera aumento no aluguel em Mariana e evasão de alunos da Ufop sobe 91%. **O Tempo**, 22 maio 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/mineracao-gera-aumento-no-aluguel-em-mariana-e-evasao-de-alunos-da-ufop-sobe-91-1.2871571>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CAVALCANTE, Élbia de Brito; OLIVEIRA, Juliane de Souza; MARQUES, Mayra Daniele Rodrigues. O Serviço Social previdenciário, a transformação digital no INSS pré-pandemia e os agravos diante do Coronavírus: um relato de experiência. *In*: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias (orgs.). **Serviço Social em tempos de pandemia**: provocações ao debate. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 331-356.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência e alternativas em economias locais. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 3, p. 1-8, 2017.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência Social: direito social ou bem-estar? **Serviço Social. Soc**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015.

CRUZ, Leonardo de Oliveira. **Migração e ocupações de maranhenses no sudeste do Pará**: um estudo de caso a partir da moderna mineração em Paraupabas. 2022. 219p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Marília, 2022.

CYMBALISTA, Renato; CARDOSO, Patrícia de Menezes. **O Plano Diretor de Mariana - MG**: a difícil articulação entre planejamento urbano, patrimônio histórico e atores políticos. 2005.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil sobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias**. São Paulo: Editora EdUSP, 1996.

FRANCISCO, Amanda dos Santos. As mulheres de Mariana: a narrativa jornalística no registro cotidiano do lugar feminino. Mariana, 2018. Manuscrito.

G1. Ministério da Saúde explica o fim da Covid-19 como emergência em saúde pública no Brasil. **G1**, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/04/18/ministerio-da-saude-fim-covid-19-emergencia-saude-publica-brasil.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GIACOMIN, Rômulo. Itabirito e Mariana estão entre as três maiores arrecadações da CFEM em Minas Gerais. **Galilé**, 2 nov. 2022. Disponível em: <https://galile.com.br/itabirito-mariana-cfem/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

GODINHO, Rute Eduviges. **Nova Metodologia de Projeção da População Flutuante**. São Paulo: Abep, 2008.

GOLGHER, André Braz. **Os determinantes da migração e diferenciais entre migrantes e não-migrantes em Minas Gerais**. 2001. 198f. Tese (Doutorado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GONÇALVES, Cristiane Costa; SANTINI, Daniel. Tarifa Zero, segregação e desigualdade social: um estudo de caso sobre a experiência de Mariana (MG). **Journal of Sustainable Urban Mobility**, v. 3, n. 1, 2023.

GRACINO JÚNIOR, Paulo. Da cidade patrimônio a cidade partida. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 3, n. 2, p. 147-170, 2007.

HUGO, Rinará Santos. **A construção social da comunidade de Vila Nova em Mariana - MG no espaço da mineração**: uma perspectiva dos antigos moradores. 2017. 77 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Minas) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Cena Contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mariana**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>. Acesso em: 3 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (Ibram). **Setor Mineral 1T22**. 26 abr. 2022. Apresentação de Power Point. Disponível em: <https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Apresentacao-Coletiva-de-Imprensa-resultados-1T22.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Rompimento da Barragem de Fundão**: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2023.

ISIDORO, Beatriz Pinheiro. **Políticas de Transferência de Renda no Brasil**: uma análise comparativa do Bolsa Família ao Auxílio Brasil (2004 – 2022). 2023. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2023.

JORNAL CORREIO DE MINAS. Cidade da região receberá investimento milionário que gerará 250 empregos na mineração. **Correio de Minas**, 20 nov. 2021. Disponível em: <https://correiodeminas.com.br/2021/11/20/cidade-da-regiao-recebera-investimento-milionario-que-gerara-250-empregos-na-mineracao/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

JORNAL O ESPETO. Design urbano de Mariana: da ordem ao caos. **Jornal O Espeto**, 12 nov. 2023. Disponível em: <https://jornaloespeto.com.br/2023/11/12/design-urbano-de-mariana-da-ordem-aos-caos/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

KZAM, Áthila Lima; ROCHA, Gilberto de Miranda; SILVA, Anderson Fontes; PALHETA, Noelle Rodrigues. Parauapebas e a dependência inercial lições do passado e desafios do presente. **Reumam**. v. 6, n. 1, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LARA, Alicia Tofaneli. **A transferência de renda em disputa: a trajetória dos programas de transferência de renda no Brasil**. 2023. 56f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2023.

LEÃO, Mariana Reis Pinto. **Caminhar pelo Cabanas: uma cartografia sobre o cotidiano do bairro**. 2018. 36f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEME, Maria Carolina da Silva; MÁLAGA, Tomas. Entrada e saída precoce da força de trabalho: incentivos do regime de previdência brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 55, p. 205-222, 2001.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalisys**, Florianópolis, v. 10, esp., p. 37-45, 2007.

MACHADO, Laura Rabelo Rosa. **Relatos de Santa Clara, Mariana-MG: “Cidade Alta” também é berço de cidadão ilustre**. 2021. Monografia. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle social da política de assistência social: caminhos e descaminhos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. v. 1-2. Karl Marx; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Sin; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MATTOS, Igor; PORTUGAL, Mayara. Mariana, a geografia do caos no passado e presente. **Jornal Lampião**, 10 maio 2017. Disponível em: <https://social.shorthand.com/JornalLampiao/j2EKtBrLLP/mariana-a-geografia-do-caos-no-passado-e-presente>. Acesso em: 16 dez. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 8, p. 53–64, 2004.

MOREIRA, Ardilhes; PINHEIRO, Lara. OMS declara pandemia de coronavírus. **G1**, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2023.

NETO, José Vieira. O fenômeno da urbanização no Brasil e a violência nas cidades. **Espaço em Revista**, v. 13, n. 2, p. 125-149, 2011.

NETTO, Paulo José. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS; Graffiline, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, Paulo José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

PARREIRAS, Mateus. Novo Bento é entregue incompleto após quase 7 anos de desastre de Mariana. **Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 19 out. 2022. Gerais. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/10/19/interna_gerais,1409393/novo-bento-e-entregue-incompleto-apos-quase-7-anos-do-desastre-de-mariana.shtml. Acesso em: 14 ago. 2023.

PAAZ, Caroline & Souza, Leonardo. As consequências sociais do rompimento da barragem de fundão em Mariana (Minas Gerais – Brasil): uma análise por meio de pesquisa de campo. **Revista Catalana de Dret Ambiental**. 2018.

PENNA, Jorge Adílio. Região dos Inconfidentes: desafios e potencialidades pós- pandemia. **Agência Primaz**, 31 maio 2020. Disponível em: <https://www.agenciaprimaz.com.br/2020/05/31/regiao-dos-inconfidentes-desafios-e-potencialidades-pos-pandemia/>. Acesso em: 1 ago. 2023.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. **Política Nacional de Assistência Social e Território: um estudo à luz de David Harvey**. 2009. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

PIVA, Teresa Cristina de Carvalho. O Brigadeiro Alpoim: Um expoente do ensino técnico no Brasil Colonial. **História da Ciência e Ensino**: construindo interfaces, v. 12, p. 54-69, 2015.

PORTAL DA PREFEITURA DE MARIANA. **Histórico**. Disponível em: <https://mariana.mg.gov.br/historico>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata. **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

QUEIROZ, Janaina Gulart Oliveira; VENDRAMINI, Célia Regina. A situação da classe trabalhadora migrante. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 11, n. 2, p. 183-193, 2019.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira. Espaço Geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para onde!?**, v. 8, n. 2, p.154-161, 2014.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura da crise mundial. **SER Social**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez.2013.

SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes; FERNANDES, Rita de Cássia Pereira; Almeida Milena Maria Cordeiro de; MIRANDA, Samilly Silva; MISE, Yukari Figueroa; LIMA, Monica Angelim Gomes de. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de Covid-19. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 12, dez. 2020.

SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Danielle Cristina Alves da Cunha e. **A atuação profissional do/a assistente social em um Centro de Referência da Assistência Social no Município de Mariana/MG**. 2022. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

SILVA, Fernanda Pinheiro da. Novo Bento Rodrigues e a permanência do desastre. **UOL**, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniaio/coluna/2022/11/11/novo-bento-rodrigues-e-a-permanencia-do-desastre.htm>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SILVA, Lais Stefani da. **O exercício profissional do assistente social no CRAS Cabanas em Mariana-MG**. 2018. 70f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

SILVA, Maria de Jesus Venâncio. **Direito a moradia: Reflexões sobre a Política pública de Habitação no município de Mariana-MG**.2019.53f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

SOUZA, Filho Rodrigo. Política Social no Brasil: notas e críticas a partir da Teoria Marxista da dependência. **Revista Conexão Geraes**, 2014.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira (coord). **Carta-tema**: a assistência social no Brasil, 1983 – 1990. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VAREJANO, Igor. Mariana arrecadou quase R\$3 milhões por dia em outubro; orçamento de 2024 pode ser de R\$1 bilhão. **Galilé**, 13 dez. 2023a. Disponível em: <https://galile.com.br/mariana-arrecadou-quase-r-3-milhoes-por-dia/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

VAREJANO, Igor. População: Mariana pode estar com mais de 90 mil habitantes. **Galilé**, 20 abr. 2023b. Disponível em: <https://galile.com.br/populacao-mariana-90-mil-habitantes/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 239-260, 2018.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra; CARDOSO, Phillipe Valente. **Atlas do Problema Mineral Brasileiro**. Brasil: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, maio 2023.